



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022

**Ata n.º 13**

Aos catorze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de quatro de Novembro, sendo a Mesa Composta por:-----  
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----  
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----  
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova;-----  
e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM**: Apreciação e deliberação das atas de 26-09-2022 e 17-10-2022;-----

**PONTO DOIS**: Tomada de conhecimento da Certificação Legal de Contas;-----

**PONTO TRÊS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente ao processo de loteamento n.º: LOT710/1978; -----

**PONTO QUATRO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente aos processos LOT497/2004 e Lot498/2004;-----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de adesão do município de Albufeira à Associação Geoparque Algarvensis Loulé - Silves - Albufeira; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura do projeto "Keeping Water (K-Water)" ao Interreg EURO MED; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de "Execução de ramais de fornecimento de água - 2023-2024", com o preço base de 161.414,00€ + IVA; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do processo de renovação de licença da estação de transferência de Albufeira da Algar; -

**PONTO NOVE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para as atividades de



Artesão, Artística, Restauração e Bebidas não sedentárias e Venda Ambulante, para os meses de novembro de 2022 a março de 2023; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento para atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior para o ano letivo 2022-2023; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Participação de valores atualizados de passes da rede de transportes urbanos (serviço GIRO) a partir de 1 de Dezembro de 2022 -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Empreitada de Reabilitação de Edifício para futuras instalações do Posto de Turismo de Paderne, com o valor base de 352.912,12€ + Iva;---

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de dar duas informações, a primeira delas a informar sobre a possibilidade de um novo sistema de transmissão Youtube da Assembleia Municipal. Eu já falei neste assunto ao Senhor Presidente, já lhe deixei o orçamento para ser analisado, pelo que poderemos ter dentro em breve um melhor sistema, sistema esse que nos irá permitir fazer as Assembleias também nas Juntas



de Freguesia, como tem sido habitual nos últimos anos, ou seja, de vez em quando deslocarmos às Juntas de Freguesia para fazermos nas respetivas Sedes as Assembleias Municipais.”-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Ana Garcia: apresentou e leu intervenção. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Presidente da Câmara: “Boa noite, queria agradecer à D. Ana Garcia pelo facto de exposto aqui algumas carências, algumas mazelas que sofre aquele condomínio, no entanto, estando daqui dois diretores que tem a ver diretamente com os assuntos que abordou, quer eliminação pública, questão de água estão das vias, a questão do domínio se é privado ou domínio público, portanto, iria não sei se vai deixar esse documento que acho que era importante, porque ele está tudo elencado aí assim e dentro de poucos dias, diria eu que eles próprios promoverão uma reunião consigo no sentido de eles próprios, o senhor engenheiro Batalha e o senhor arquiteto Eduardo, são dois diretores, um de uma área outro de outra, mas complementam-se no nos aspetos que referiu. Há partes que dependem da câmara, com certeza, há situações que, com certeza, dependerão da parte administrativa, parte jurídica e depois há a parte da iluminação pública, depende de uma terceira entidade, a E-redes como referiu e bem, que normalmente tem grandes os atrasos na efetivação das reparações e das substituições das lâmpadas, que é normalíssimo isso acontecer em vários sítios, o que não é nada bom. É normalíssimo, porque acontece não é por ser por sua normal, por ser uma situação curial que não é, mas são altamente negativa, no entanto, fazemos várias insistências nesse campo, havemos de verificar essa situação. Relativamente à questão dos consumos de água, pois isso terá que ser visto nos serviços e terá que ser analisado no sentido de chegar a uma conclusão, que há alguma avaria na contagem, nos equipamentos de contagem, ou alguma contagem errada que pode acontecer também por alguns motivos ou não, e havendo tem que ser, evidentemente, reposta a verdade que é devolver verbas pagas indevidamente, mas de qualquer, mas tem que se verificar não se pode dar dinheiro, só porque diz, temos que ver essa situação. Muito obrigado pela sua a sua exposição, vamos tentar resolver isso o mais depressa possível, com a colaboração dos serviços dirigidos pelos dois diretores aqui presentes.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Há aqui uma questão que temos que solucionar, tendo em consideração que hoje entrou em vigor os tempos que estavam definidos em termos do Regimento. Foi alterado o Regimento e esses tempos estão definidos da forma como foram aprovados, catorze minutos para o PS, PSD/CDS doze minutos, para o MIPA dez minutos, para Albufeira Prometida oito minutos e para o CHEGA cinco minutos. Entretanto há uma questão que temos também que resolver, que tem a ver com o facto de dois elementos da bancada do Partido Socialista terem apresentado aqui a sua renúncia à bancada, não renunciando ao seu mandato manifestando intenção de se desvincularem da bancada do Partido Socialista e nesse sentido há que, tomar aqui uma posição relativamente aos tempos, porque, de forma alguma, deixaremos quem quer que seja sem tempo para falar e nesse sentido, eu deixaria aqui a possibilidade de os membros da Assembleia poderem falar sobre esta questão relativamente aos tempos que poderemos atribuir hoje, uma vez que o Regimento não configura qualquer tempo, para além dos tempos que estão atribuídos a cada partido."-----

Domingos Coelho: "Boa noite, relativamente a este ponto que o senhor Presidente está a colocar, o que tenho a dizer é que, a confirmar-se com esta documentação que o senhor Presidente tem, há uma saída dois elementos da bancada. O PS ficará com o mesmo número de deputados do PSD/CDS, ou seja, oito elementos, logo o PS abdica, obviamente, dois minutos para ficar com os mesmos doze minutos da bancada, penso que é exatamente justo e é aquilo que penso que ficará contemplado no Regimento, e outros acessos far-se-ão conforme as necessidades."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, a confirmar-se efetivamente essa saída de dois ilustres deputados da bancada do Partido Socialista, aquilo que me parece é que, em termos de tempo, se deveria optar por dividir o sobranço e o sobranço, havendo efetivamente 2 minutos disponíveis que seriam da bancada do Partido Socialista então são dois minutos e era esse esse tempo que eu deixaria à consideração da digníssima Assembleia." -----

Helena Simões: "A alteração do regimento recente partiu de um pressuposto de proporcionalidade face ao número de eleitos. Já na altura, a proporcionalidade não obedecia exatamente ao número de eleitos, mas, pelo menos era esse o critério e era essa a intenção. Sinceramente, sou apanhada de surpresa, não sei se a remoção dos dois minutos e entrega aos ditos independentes, se obedece ou não a personalidade,



mas recorde, por exemplo, que existem partidos que só têm um deputado que têm muito mais minutos do que a soma dos dois. Eu só acho que aqui no calor do momento, se me disser que para resolver só hoje tudo bem, no entanto, acredito que seria justo descer a comissão novamente para se refazer, eventualmente o Regimento, tendo cabimento desta nova realidade que aqui que se vive, porque hoje são estes dois deputados, amanhã podem ser outros.” -----

Raúl Ferreira: “Boa noite, efetivamente, parece-me que a situação é uma situação nova que temos que ter também em conta a questão que o PS neste momento, fica com menos dois deputados e parece-me, de certa forma, equilibrar a solução apresentada pelo PS, uma vez que fica com o mesmo número de deputados que tem o PSD. Parece-me também justo que tenham mesmo tempo de intervenção que o PSD, portanto, penso que esta é uma solução equilibrada e o MIPA está de acordo e certamente apoia sem reservas a proposta do PS.”-----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, efetivamente, é uma questão delicada que nos colocaram perante a saída de 2 membros da Assembleia de uma bancada, no entanto, tenho que referir que este assunto foi debatido em conferência de líderes, foi acordado entre todos, foi aceite na última Assembleia que o Regimento ia ser alterado nesse sentido, para que todos tivéssemos voz no tempo que nos era destinado efetivamente, pode não haver aqui uma questão de equidade de tempo, no entanto, não poderemos retirar naturalmente a palavra a dois membros da assembleia. Assim sendo, e dada aqui a proporcionalidade entre os membros da Assembleia no sentido de cada bancada tem, tempos destinados efetivamente, concordo com proposta, Albufeira Prometida, portanto, eu e a Mónica iremos votar favoravelmente da proposta do PS.”--

Presidente da Assembleia: “O facto de que nós estarmos a falar de uma deputada única representante de um partido ou de um movimento é muito diferente de um deputado independente ou não inscrito. São regimes completamente um outro substrato e outra profundidade em termos de capacidade de representação. Quem sai e fica independente fica como não inscrito. Os seus direitos são reduzidos sendo esta a regra e a diferença entre deputado não inscrito e deputado único, isto tudo tem a ver também com uma série de situações, nomeadamente o facto de os grupos independentes terem eles próprios de recolher assinaturas, formarem-se para serem um grupo independente, para serem um partido e para ser uma força política. A não ser assim cada pessoa que saísse, ou a cada membro que saísse, cada deputado, poderia



eventualmente fazer carreira com os mesmos direitos e as mesmas condições. Essas regras fazem a definição e se forem aos léxicos relativamente a estas matérias, verificarão que uma coisa é o deputado único representante do partido, ou de uma força política, outra coisa é o deputado não-inscrito ou independente."-----

Carlos Vieira: "Boa noite a todos, sendo esta uma questão colocada pelo Senhor Presidente, o tempo não deveria de estar a contabilizar porque estamos a responder a uma questão e não estamos a colocar aqui problemas diferentes. Portanto cada intervenção neste momento não devia estar a ser contabilizada e devia de permitir que o deputado falasse e não contabiliza-se o tempo."-----

Presidente da Assembleia: "Eu percebo, mas nós estamos no período antes da ordem do dia e temos tempos, não é? Eu vou pôr à votação esta proposta no sentido de ser apresentada, uma proposta de alteração do Regimento em que os tempos serão diferentes, pelo que, passarão a ter doze minutos para o Partido Socialista, PSD/CDS doze minutos, MIPA dez minutos, oito minutos para o Albufeira Prometida, cinco minutos para o CHEGA, um minuto para o senhor deputado Leonardo Paço e um minuto para a senhora deputada Carla Madeira. Como está no próprio Regimento, todas as questões que eventualmente não poderem ser apresentadas oralmente podem ser colocadas por escrito para o Senhor Presidente, depois responder." -----

Helena Simões: "Só para clarificar, porque eu fiquei perdida. A proposta é só para esta Assembleia ou a proposta é para alterar o Regimento, sem que tenha vindo na ordem de trabalhos alteração do Regimento?"-----

Presidente da Assembleia: "A proposta é só para esta Assembleia, porque não tivemos tempo de preparar uma proposta no sentido de ser apresentada em tempo e, portanto, na próxima Assembleia será apresenta uma proposta de alteração do regimento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação."-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: três (03) Helena Simões, Leonardo Paço e Carla Madeira."-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de



Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Helena Simões: "Eu estou perdida, porque sinceramente, achava que esta discussão tinha sido extra tempos e achava que os tempos começavam a contar agora. A primeira questão o Senhor Presidente já respondeu, uma das três questões que me trazem aqui, que era as Assembleias municipais itinerantes. Lamentavelmente, só ao fim de um ano de mandato é que estamos a discutir essa temática, eu sei que a questão da transmissão do YouTube é importante para quem nos vê em casa, mas a proximidade dos fregueses e dos munícipes também é muito importante, pelo que reforçando que já disse e agradecendo a iniciativa já só peca por tardia, porque já passou um ano que realmente se consiga acelerar o processo. A segunda questão, confesso a minha ignorância, tive na gala do desporto, não fazia a mínima ideia que tínhamos uma panóplia de atividades desportivas como cunho do município, sempre soube que éramos e somos um município que, desde que para aqui vim residir, que investia fortemente no desporto, não só pela componente desportiva, mas também pela componente pedagógica, a componente de evitar transtornos na juventude, mas não tinha a mínima ideia que tínhamos tantos atletas entre os 7 e os 75, com uma panóplia de atividades desportivas, algumas das quais eu desconhecia, não posso deixar também de evidenciar que direi assim, de grosso modo, maioria dos atletas presenteados, ou seja, o grosso modo eram do sexo feminino, pelo que gostaria de agradecer publicamente, não pela organização do evento em si, ainda que tenha sido fantástico, mas o evento em si é o culminar de um esforço que vem de trás e isso é um investimento que há-de louvar, que todos os benefícios que o desporto traz para as populações. Obviamente também ao elogiar o município e elogio a mim também a todos os demais presentes, porque só com os dois órgãos do concelho as coisas conseguem funcionar. Só juntos é que as coisas funcionam bem, o executivo e legislativo. Por último, o terceiro assunto é um assunto que, infelizmente, não é local é regional, que é e infelizmente tem feito notícia todos os dias ao jornal da hora de almoço, ao jornal da noite, desde as situações mais macabras que nem sequer as vou parafrasear, mas todos sabem, porque acho que é ofensivo para as pessoas, mas situações, nomeadamente para os familiares, situações de uso de resguardos animais em camas hospitalares, urgências fechadas. Eu já sou



avô, para quem não sabe, tive uma emergência médica há uma semana e meia com o meu neto e tive que quase ir a uma aplicação para perceber qual das urgências pediátricas é que estaria aberta. Quem diz isto eu, diz todos nós, esta questão já ultrapassa o hospital central ou não, a localização ou não, mais um contrato, mais uma pedra lançada, as notícias são mais que muitas aqui no centro de saúde de Albufeira, situações dramáticas, pronto, poderei também referir a situação dos doentes oncológicos e do contrato da deslocação dos mesmos para Sevilha, está á mesma distância de Lisboa, obviamente, mas quem está doente precisa de uma palavra amiga e em espanhol não será propriamente uma palavra propriamente amiga para quem é português. Dito isto, acho que todos conhecemos, estão aqui várias cores partidárias, umas que responsáveis por governos anteriores, outras responsáveis por governos atuais, mas há algo que nos liga e o que nos liga é o bem-estar das nossas populações. Por isso, o convite que eu faria a todos era enquanto grupo de trabalho, enquanto todos eleitos pelo nosso concelho, que nos sentássemos, que fizéssemos um grupo de trabalho que fizéssemos um levantamento, uma carta aberta que colocássemos a situação na ordem do dia a nível do Governo, porque efetivamente, quantos mais quantos mais precisarão de ser não acudidos em tempo, para que nós passamos a fazer qualquer coisa e coloquemos de lado as cores políticas, os quadrantes políticos, as animosidades que possam haver, porque um bem maior sobrepõe, esse bem maior e o direito à saúde que acho que é inegável. Como tal, o meu convite fica, gostaria que o presidente agarrasse ou como é o repto, e impulsiona-se a criação de um grupo de trabalho para que possamos fazer um levantamento das necessidades reais da região do Algarve, porque nós, Albufeira, por si só, é uma ilha no Algarve e para que possamos, eventualmente, levar este assunto onde tem que ser levado."-----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, teria aqui muito para dizer, naturalmente, há aqui uma clara tentativa de nos calar, eu queria dizer que não será um minuto que me vai impedir de dizer aquilo que eu penso e de continuar a fazer o meu trabalho e ser aquela pessoa que sempre fui, integra e tentando o melhor que sei para levar o município mais alto. É de lamentar realmente aquilo que eu ouvi aqui, eu decidi abandonar a bancada do Partido Socialista e não tenho a pretensão de atribuir culpas na íntegra à bancada, errei com toda a certeza, também tive culpa em grande em grande parte, mas não posso deixar de lamentar, de facto, a conduta também do PS e





muito especialmente da concelhia do PS em Albufeira, que com mentiras e graves acusações, foram no fundo, a essência porque saí do PS.” -----

Sílvia Dias: “Muito boa noite, quero felicitar o município pela Gala do Desporto, não tive presente, mas o feedback que tenho estado a ouvir é que foi muito positiva e sabendo eu o conhecimento da atividade desportiva aqui do nosso concelho é de louvar a atividade desportiva e o apoio que o município dá. Quero também felicitar a todos os convívios realizados, a festejar uma festa tradicional nossa, o São Martinho, as juntas de freguesia do nosso concelho, deste sexta a sábado realizaram a festa de São Martinho, que é uma festa típica nossa portuguesa e acho que é de louvar essas iniciativas. Continuando a falar das festas tradicionais, gostaria eu de saber e outros tantos munícipes saber se Feira Franca vai se realizar este ano ou não? Porque é uma feira anual, com uma grande tradição, com visita de milhares de pessoas e vendedores, por isso, gostaria de saber se este ano vai ser realizada a Feira Franca, uma feira tradicional, um evento nosso, se sim ou não?”-----

André Lima: “ Boa noite a todos, nas últimas Assembleias, eu vim aqui colocar duas questões ao Senhor Presidente, as mesmas duas questões, sendo que, da primeira vez, o objetivo era objetivamente esclarecer dúvidas em relação a dois pontos que lá estavam, eu até acrescentei na altura que eram dois de muitos, seleccionei aqueles poderiam ter sido outros mas que não foram esclarecidos e depois da segunda vez, não tendo tido resposta nenhuma da primeira voltei a insistir e acrescentei como uma reflexão acerca da forma como as nossas questões, as nossas dúvidas, o que expomos aqui são respondidos normalmente. Acrescentei também que das duas uma, ou não se quer que saibas respostas, não vejo porquê, ou porque a nossa função aqui é desvalorizada. Não acredito que seja a primeira, que não se queira saber as respostas e também não quero acreditar que seja a segunda. Por isso, continuo a tentar perceber, a primeira questão que não foi sequer referida em nenhum dos pontos, tem a ver com uma candidatura relacionada com a preservação e conservação da escadaria e arriba da praia do Peneco. Na altura isso chamou a atenção, porque coincidiu quase com a inauguração da nova escadaria que ficou tão bonita. Por isso aguardo resposta em relação a esse ponto, a segunda questão foi a tal que todos rimos aqui em relação à gaiola dos patos. Toda a gente gostou do humor do Presidente, mas o que realmente interessa foi ignorado, na resposta que me deu à segunda vez, disse-me que quando saiu daqui depois de chegar lá em baixo, lembrou-se de resposta, mas digo eu e estiver



errado, corrija-me se eu não tivesse perguntado uma segunda vez não ia ter resposta. Segundo tópico, na mesma Assembleia, o Senhor Presidente indignou-se com uma observação de uma outra deputada, achando que estava a ser posto em causa o seu cuidado na utilização de dinheiros públicos e que era admissível o fazer, porque tem um histórico de rigor desde a altura em que era professor. Aqui entra a segunda parte da minha reflexão, sem querer, obviamente, colocar em causa honestidade, apenas questionando as opções. Os tais sete mil euros que falamos para a gaiola dos patos, uma família de patos vir passar um fim-de-semana ao Algarve, sete mil euros dava pelo menos para ficar na Vila Vita e em relação a esta forma como o dinheiro é gasto, eu gostaria que houvesse alguma consideração em relação às nossas questões, não as desvalorizando, por isso, objetivamente e para terminar as perguntas, quero colocar, há alguma forma de as questões que nós colocamos objetivamente serem respondidas objetivamente? É necessário, já me sugeriram que o faça por escrito antecipadamente, é necessário ir para essa burocracia? E tão importante quanto isso, se formos por essa burocracia, vai servir de alguma coisa? Vamos começar a ter respostas objetivas?"

Carla Vieira: "A minha questão é de pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente tem a ver com a suspensão do mercado do Levante de Albufeira e a alegada não realização da Feira Franca. Há efetivamente uma série de rumores que circulam e que estão a criar um ruído desnecessário em torno desta questão, ainda que o vereador Abel Zua já tinha levantado esta questão em reunião de executivo, sentimos que existe uma efetiva necessidade de esclarecimento público, pelo que colocamos a questão e a pergunta neste fórum. Trata-se de eventos que continuam ter um significado e uma importância a uma fatia significativa da nossa comunidade e, por isso, coloco quatro questões, primeira questão, porque não houve alternativa de espaço para a realização do mercado nestes últimos meses? Segunda questão, vai haver feira a Feira Franca? É na Marina? É no terreno ao lado do cemitério? É nas Ferreiras? Terceira questão, a alegada não realização de está relacionada com falta de verbas para colocação dos postes de iluminação? Quarta questão, quais os planos que o executivo tem para retomar a normalidade no futuro? Achamos efetivamente importante que seja feito um esclarecimento público sobre estas questões porque claramente pairam muitas dúvidas e a desinformação sobre este assunto." -----

Domingos Coelho: "Boa noite novamente, gostava de colocar algumas questões, tem a ver com a baixa de Albufeira, uma das questões é a iluminação, especialmente na zona



dita zona mais antiga, a rua da Bateria, a rua Nova, Rua da Igreja Velha, onde alguns candeeiros estão, com lâmpadas fundidas e um dos candeeiros na esquina da Rua Nova com a rua da bateria foi retirado o candeeiro, há uns cinco ou seis meses e não voltou ao lugar." A rua da bateria o muro, do inicio da rua está em vias de ruir, está penso que em situação de, eu diria de causar problemas, porque se houver derrocada, vai para a zona da Praia e ainda continuando na baixa, a rua do MFA que era suposto estar em obras, pelo menos consta no orçamento, que é a rua que faz a ligação, diríamos à parte nova é à parte velha da cidade e que pelos passeios em declive e irregulares há zonas que não tem passeio e pela frequência dos transeuntes ameaça muito perigo e especialmente agora na época de inverno que se avizinha. As obras da rua António Aleixo é uma rua no centro da cidade e que a maior parte dela não tem passeios. Outra questão que também tem a ver com a baixa é o plano de drenagem de Albufeira, portanto, há um par de meses, fez-se algumas obras, especialmente na Rua Cândido Reis e que as obras, eu diria, morreram no quintal do posto da GNR, parece que era suposto dai ligar exatamente ao mar, a zona onde está agora aqueles motores para poder bombear água em caso de cheia. Portanto, a pergunta é em que situação é que está o plano de drenagem de Albufeira neste ponto? E noutro ponto, que penso que é o mais fundamental que é o chamado novo túnel que irá decorrer ou irá ser construído entre a zona do Centro de Saúde e depois a zona do Rossio." -----

Mónica Félix: "Boa noite a todos, começamos por dar os parabéns ao executivo e a todos os estiveram envolvidos na organização da décima sétima Gala do Desporto dois mil e vinte e dois. O desporto é sem dúvida de maior importância para o desenvolvimento da nossa comunidade e do nosso concelho. O reconhecimento público dos atletas município pelos méritos alcançados durante a época desportiva foi claramente de grande importância. Na mesma sequência, demos também os parabéns pela realização do décimo Campeonato do Mundo de Natação de Síndrome de Down. Mais uma vez, um grandioso evento que trouxe para albufeira, atletas de todo o mundo. Sabemos valorizar e dar os parabéns ao executivo nas suas ações, no entanto, não podemos dar os parabéns pela falta de respostas das nossas intervenções na Assembleia. Faz mais ou menos um ano que fizemos uma intervenção sobre a gestão e organização das piscinas municipais. A falta de gestão continua a ser notório e os acontecimentos repetem-se. Estamos a cinco semanas de terminar o primeiro período e, mais uma vez, o grupo de educação física da EBSA aguarda autorização para lecionar



aulas de natação, inserido no desporto escolar. Como também, autorização para dinamizar aulas de adaptação ao meio aquático, inserir num projeto com alunos da educação especial. O pedido foi feito no mês de outubro e as piscinas reabriram dia sete de novembro. Perguntamos, considerando a forma recorrente como surgem os pedidos no início de cada ano letivo, como é que é possível, ano após ano a resposta ser sempre tardia? Será que têm consciência do constrangimento que resulta para quem planeia as atividades e para quem deveria beneficiar destas atividades? Relativamente à manutenção das piscinas, todos nós sabemos que as piscinas estiveram encerradas ao público desde o início do mês de agosto até dia seis de novembro, devido às preocupações com contenção e redução dos consumos de água, uma das medidas e estratégias implementadas para combater a seca no Algarve. Tivemos conhecimento que, durante este período houve manutenção das piscinas, o que é normal, o que não é aceitável, nem se compreende, é que tenham vazado o tanque principal e tenham voltado enchê-lo. Sabemos que voltaram a vazar alguns centímetros para colocar, para conseguirem adaptar os novos blocos de partida para a realização do Campeonato do Mundo de natação de síndrome de down. Relativamente ao tanque de aprendizagem, vazaram pelo menos metade de piscina para montarem uma bancada em cima da piscina para o campeonato e depois voltaram a encher. Perguntamos, estamos a falar nestas ações, do enche, do vaza, de um desperdício de largos milhares de litros de água. A pergunta que aqui se coloca é o que é que falhou no planeamento? Neste caso, em particular, será que não existiriam outras soluções técnicas, por exemplo, para a montagem da dita bancada, sem a piscina fosse intervencionada? Em relação ainda ao assunto desperdício de água, continuamos a ver ruturas de condutas com alguma regularidade, sabemos que é uma rede que está a necessitar de manutenção constante, mas também perguntamos, cada vez que há necessidade de reparar uma conduta, não há forma de aproveitar os milhares de litros de água que são desperdiçados na ação de sangramento das condutas? Demos os parabéns ao município pelos placares publicitários que foram colocadas nos vários pontos de albufeira, com frases e incentivos à população, "feche a torneira e ajuda albufeira", mas seria importante que na nossa ação enquanto município, começássemos a ser um exemplo e a dar um exemplo, não basta os placares. Senhor Presidente, a Administração Central propôs a implementação de planos de ação climática, sabemos que alguns municípios já têm planos concretos, implementados e divulgados publicamente. Albufeira, o que está a



fazer? Tem algum plano definido? Para finalizar, lembremos ao Senhor Presidente e ao Senhor Presidente da Assembleia, que continuamos a não ter resposta às nossas intervenções, ou seja, passado mais ou menos um mês, não recebemos o email de resposta com as regras de funcionamento do Pavilhão Municipal que o Senhor Vice-Presidente se comprometeu a enviar através do senhor Presidente da Assembleia. Continuamos à espera dos critérios de atribuição de espaços nos pavilhões do concelho, bem como estamos à espera dos critérios definidos para elaboração e atribuição de verbas constante nos protocolos com os clubes e associações. Senhores Presidentes, naturalmente, para formarmos opiniões informadas e podermos esclarecer quem nos procura, nomeadamente a população, os albufeirenses, precisamos de respostas e continuamos sem ter essas respostas.” -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, cabe-me em nome da bancada do PSD/CDS enaltecer a gala do Desporto que foi de uma forma exemplar, organizada e que veio mais uma vez parabenizar e, de certa forma, honrar aquilo que são o desempenho dos nossos atletas e dos nossos clubes, dando uma dignidade absolutamente extraordinária, àquilo que é o trabalho de centenas de atletas e algumas dezenas de clubes no nosso concelho e dando também uma projeção a nível regional e nacional, naquilo que poderá ser uma intenção, que eu sei que o executivo tem, que já revelou e que diz respeito a ser candidato à cidade Europeia do Desporto em dois mil e vinte e seis. Senhor Presidente, vá frente com essa candidatura, continue a desenvolver esse bom trabalho em prol das associações e dos clubes do concelho. Albufeira tem todas as condições para poder ser a cidade europeia do desporto em dois mil e vinte e seis. Estou convicto que o executivo tudo fará e também certamente com o apoio unânime desta Assembleia Municipal e de todos os municípios de Albufeira para que Albufeira consiga esse feito, porque é realmente um feito ser a cidade europeia do desporto em dois mil e vinte e seis, essa seria a primeira palavra em relação a este evento. E a minha intervenção tem a ver com um assunto que eu não esqueci e certamente que há muita gente em Albufeira que não esqueceu e tem a ver com aquilo que é uma obra que foi enunciada com pompa e circunstância e que nunca chegou a ser inaugurada e vamos ver se alguma vez o será e trata-se da variante à estrada nacional trezentos e noventa e cinco entre a guia e Albufeira. Eu recordo de ouvir falar última vez disto, em dois mil e oito, dois mil e nove, teve o impacto que teve na altura, mas depois parece que os governos esqueceram desta variante e então para quem não se recorda, isto era uma



variante que foi anunciada pelo Governo do Partido Socialista, teve o estudo de impacto ambiental em dois mil e sete ou dois mil e oito, teve um período de consulta pública em dois mil e oito daquilo que me recordo, teve a toda aquela fase de negociação com os proprietários e houve expropriações amigáveis e outras menos amigáveis. Os terrenos foram efetivamente pagos pelo Estado aos seus proprietários. Daquilo que tenho conhecimento são na sua grande maioria, os terrenos que lá estão do Estado, há uma série de tempo, há mais de uma década e o que é certo é que aquilo que lá vemos é uma mão cheia de nada. Tenho também conhecimento que houve uma adjudicação inicial, portanto, houve algumas terraplanagens que toda a gente que lá passa pode verificar que foram efetuadas, mas o que é certo é que passado uma década tudo continua na mesma, não é? E a minha pergunta é a seguinte, será que essa variante deixou de ser importante para o município? Logicamente que não, faço a pergunta, mas também dou a resposta, caiu foi em esquecimento naquilo que têm sido os orçamentos de Estado sucessivos do Partido Socialista e que também não vem previsto neste último orçamento de Estado e, portanto, ficava aqui essa chamada de atenção a ninguém, em especial nesta sala, mas àquilo que é o nosso Governo da República com a indicação e que a bancada do PSD/CDS irá apresentar uma moção para ser discutida na próxima Assembleia Municipal, com o objetivo de que chegue ao Governo a posição desta digníssima Assembleia sobre esta variante à estrada nacional trezentos e noventa e cinco entre a guia Albufeira, que a bancada do PSD/CDS considera ser um projeto absolutamente importante que deve ser levada a cabo. Esta variante tem um projeto com início no nó da IC um com a estrada nacional cento e vinte e cinco, que fica localizada a oeste Ferreiras e termina depois numa numa rotunda a implementar na estrada Nacional trezentos e noventa e cinco. O projeto está feito, as expropriações estão feitas, a terraplanagem foi iniciada, mas continua a não ser considerada nos Orçamentos de Estado, mais uma vez, não foi e, portanto, eu acho que seria de todo pertinente que esta digníssima Assembleia como órgão máximo do nosso município tomasse uma posição efetiva perante o nosso Governo perante a Assembleia da República, que tornasse essa posição pública, porque esta é uma infraestrutura que tem que ser terminada, estão lá os dinheiros nossos, os dinheiros dos municípios, dos contribuintes e não me parece a mim que agora haja um voltar para trás. Depois todo aquele procedimento que foi desenrolar tem a obra, naturalmente que ser retomada e ser acabada."-----



Leonardo Paço: "Boa noite a todos, registei o ar de satisfação do senhor presidente da Assembleia por ter conseguido trazer para esta sala da democracia, a lei da rolha que já fazia imperar noutra local, mas pronto, os atos fica para quem os pratica. A política não pode valer tudo, eu vou continuar a defender os direitos dos Albufeirenses e de albufeira e aquilo que eu achar, na minha opinião, que seja o mais correto. Não é por me limitarem no tempo que não farei aquilo a que me candidatei, não me deixarei intimidar, porque a política é essencial para todos nós e seremos sempre os mesmos a fazer tem nos levado até onde nos tem levado hoje, onde nos encontramos. Albufeira e os albufeirenses podem sempre contar comigo para os defender."-----

Presidente da Assembleia: "Só para referir que, como o meu nome foi citado, se há coisa que eu nunca fui acusado, foi de cortar o direito de as pessoas falarem, aliás, muito antes pelo contrário, foi acusado de deixar que as pessoas falassem até de mais e, portanto, agora que as regras entram em vigor, entram mesmo em vigor." -----

Domingos Coelho: "Relativamente à intervenção do deputado Carlos Quintino e só uma observação, se bem me lembro e sem desculpar qualquer governo, mas se bem me lembro, aquela obra foi interrompida e cancelada no tempo do Governo de Passos Coelho." -----

Helena Simões: "Mas eu acho que é neste governo e neste mandato que todas as calamidades de saúde estão a acontecer." -----

Carlos Quintino: "Eu não coloquei essa questão em causa, aliás, nem sequer falei, só falei de quem lançou procedimento e quem agora tem na sua mão a elaboração dos orçamentos de Estado, já na segunda legislatura e que não o tomou em conta e, portanto, não pus sequer isso em questão, deputado Domingos Coelho. Agora volto a referir, é uma obra absolutamente necessária, acho que deve reunir o consenso desta Assembleia, faremos chegar ao Senhor Presidente, uma moção devidamente fundamentada para que seja aqui discutida na próxima assembleia e para que chegue ao Governo e para que chegue à Assembleia da República."-----

Presidente da Assembleia: "Respondendo à senhora deputada Helena Simões, para fazer o favor de nos apresentar uma proposta, para a criação do grupo de trabalho. Acho que estamos todos empenhados na questão da saúde no Algarve, não é só Albufeira, nem Faro, todos estamos empenhados e, um grupo de trabalho para poder desenvolver alguma diligência ou diligências que sejam necessárias é sempre bem-vindo. Nós sabemos que há montantes para serem gastos nos centros de saúde. Há



assim, que desenvolver e que resolver essas questões, pelo que proponho que deverão apresentar uma proposta para se discutir o ponto na ordem de trabalhos da próxima Assembleia no sentido, de constituir um grupo de trabalho.”-----

Presidente da Câmara: “Tantas questões, vou tentar arranjar aqui alguns pacotes de respostas para sérum pouco mais rápido, tentando não omitir nenhuma ou pelo menos, referi-las para que depois possam ser respondidas, por quem direito e num destes dias. Relativamente à questão do desporto e da gala do desporto, obviamente que é um momento alto para os atletas e para os próprios clubes e associações desportivas e também para os atletas individualmente, porque também há atletas, nomeadamente os motociclistas e os automobilistas. Depois a admiração do número de modalidades, eventualmente ainda não estavam lá todas representadas, faltava algumas ou por não terem tido resultados mais condicentes com aquilo que é e com aquilo que tem sido a gala do desporto, com os critérios que lhe estão atribuídos e que estão definidos para que sejam agraciados com essa questão. No entanto, quero também dizer que a gala do desporto este ano, portanto, já são algumas edições que vão sendo feitas em vários sítios, começou por ser no auditório, foi no pavilhão e agora para dar um ar diferente e com as condições que tem o NAU, foi feita maravilhosamente no NAU, toda a gente está satisfeita e obviamente que o objetivo é o reconhecimento principalmente, não quer dizer que seja só, dos mais jovens e da formação que é isso que essencialmente nos move. Relativamente à questão da saúde, quer no Algarve quer em Albufeira, no Algarve a saúde não está bem, já há muitos anos se vem discutindo isso e é por essas e por outras razões, é que numa reunião da AMAL, propus a possibilidade de disponibilizar um terreno para que o novo hospital central ser em Albufeira, é uma questão que está de pé. Mas não é isso que viria resolver o problema. Não o facto de ser albufeira, pode ser perfeitamente noutro lado qualquer, o que interessa é ver realmente esse hospital central. Relativamente àquilo que é as condições do nosso centro de Saúde e dos centros de saúde das várias freguesias do concelho, está a ser feito um levantamento de todas reparações necessárias para esse efeito. Está a ser lançado, já foi publicado, salvo erro, a construção da unidade de continuados na Guia, o que vem disponibilizar algum espaço, algumas áreas do centro de Saúde de Albufeira, onde estão neste momento a ser ocupadas vinte camas para esses doentes de unidade de cuidados continuados e que depois posteriormente irá, com certeza ser disponibilizadas com a construção do novo. Evidentemente, faltará ainda algum tempo





evidente, uma obra não se faz tão rapidamente como tudo isso, mas dentro de algum tempo, de um ano ou dois anos estará com certeza, isto se houver concorrentes, temos de pensar sempre nisso. Depois temos a questão que está a ser tratado já com os técnicos municipais, mas também com os técnicos da ARS, porque é quem define o modelo e a matriz da ampliação do centro de saúde, está a ser tratada a ampliação do centro de Saúde nesse campo para ser depois todo remodelado e todas aquelas construções pré-fabricadas terão que sair de lá. Relativamente à Feira Franca também foi falado aqui duas ou três vezes, este ano, lamentavelmente, por algumas razões, não a questão de falta de dinheiro, isso são questões que não vou responder, não é questão de falta de dinheiro, se fosse falta de dinheiro já estávamos aflitos e com outras situações, portanto, não é por falta de dinheiro, é por falta de algumas condições para que essa feira se faça. A questão do mercado, o mercado é em dezembro, no princípio de dezembro, já vai ser feito, portanto, já recomeça, para a feira o mesmo espaço é que para a feira não dava. Não sei se o vereador Ricardo quer acrescentar alguma coisa, porque tem o pelouro, diz que não quer. Relativamente às questões levantadas pelo senhor André Lima, quero dizer que vou verificar as atas, onde expôs essas questões para depois enviar as respostas e vou mandar fazer isso rapidamente, na próxima semana, garanto que tem essas questões respondidas. Quanto às opções a tomar, a questão dos dinheiros, a utilização dos dinheiros, ainda há bocado foi referido aqui várias vezes, a questão do desporto significa para muita gente que está aqui, com certeza que é uma aposta ganha, que é o investimento feito e não uma despesa realizada, evidentemente que para que haja, por exemplo, há bocado foi referenciado aqui um investimento, no campeonato mundial do síndrome de down, foi candidatado para ser realizar aqui, agora há poucos dias, foi candidatado há quatro anos, portanto, isto tem que ser uma candidatura, e com as condições que criámos nas piscinas, portanto, e aí respondo também à questão da senhora deputada Mónica, porque o facto de ter falado na gestão da reorganização das piscinas ou da falta de organização das piscinas é uma questão que eu vou passar isso à parte do desporto para tentar ver essas situações e ver o que é que se passa. Portanto, as opções aqui são o que são e cada uma tem que ser, as pessoas não são iguais, são todas diferentes, há uma opção por exemplo que é o desporto. Se nós não investíssemos no desporto, o campeonato mundial de pesca embarcada por exemplo, foi que cá já a segunda vez. São acontecimentos, são eventos que trazem para além do turismo e dos acompanhantes



que vêm com aqueles grupos, traz também posteriormente a vontade de virem cá a passar férias por exemplo, faz parte da promoção de um conselho, portanto, há opções que têm que ser tomadas evidentemente que são discutíveis. Sobre a deputada Carla Vieira, já respondi aqui algumas questões, deverá ser feito um esclarecimento sobre a questão da feira. Evidentemente que a feira, foi a questão de falta de alternativa, de fazer a feira há várias alternativas, não são assim tantas quanto isso, em termos de dimensão, porque a feira já obriga a um espaço maior com o mercado e, no entanto, o mercado vai ser feito nas podia ter sido feito noutra local. O deputado Domingos Coelho falou sobre a baixa de Albufeira, sobre algumas ruas, nomeadamente rua da Bateria, falta de iluminação. Já hoje tratei desta situação, precisamente porque o problema que há é que aquelas lâmpadas naquela zona, a E-redes não tinha lâmpadas para fornecer teve que ser a câmara a comprar e está em falta de stocks, obriga a alguns atrasos no fornecimento, mas dizem que dentro de poucos dias estará por aí. A questão do muro na mesma rua da Bateria, aliás, já falei com os serviços e falei com APA no sentido de se realmente fazer-se um estudo rápido daquilo e ver a solução para aquela situação, porque é extremamente difícil e se aquilo acontecer, o ruir por aí abaixo, portanto, vai perturbar obviamente, a questão da zona da praia, mas vai perturbar também a parte cá de cima da rua, obviamente, e põe em perigo a mobilidade naquela zona. Rua do MFA e rua António Aleixo, a rua do MFA veio também uma parte da resposta com o plano de drenagem, é uma rua que, evidentemente, está para ser reconvertida. A reconversão passa precisamente por isso, ela vai ser no subsolo vai estar um coletor na encosta da zona a nascente e na Avenida do Ténis estará o coletor na encosta zona poente que são que são duas obras subterrâneas, que fazem parte do plano de drenagem. A falta de passeios ou passeios estreitos e escorregadios é uma realidade, falta ali definir uma questão que é a questão do sentido do trânsito com dois sentidos ou apenas um único, o projeto está praticamente feito da rua do MFA. Da rua António Aleixo o projeto está feito é só uma questão de melhor oportunidade para começar a obra, que também leva e alguém falou aqui nas condutas de água já com alguma idade, algumas sim, o caso da rua António Aleixo também vai levar toda a tubagem e a canalização que está por baixo da rua também de novo. Relativamente à questão do túnel, pois o túnel é uma obra que, se calhar, neste momento, com os aumentos dos preços já era à volta de aqui há três ou quatro anos, à volta de dezanove milhões de euros se calhar agora está nos trinta e tal milhões. Só



quando houver financiamento evidentemente, temos que ir por partes, primeiro temos os coletores, vamos fazer aquela questão da ligação que vai da parte da GNR até à estação elevatória, ainda falta isso que vai coincidir com o arranjo da rua da Avenida 25 de Abril, também está previsto. Portanto, relativamente à Mónica Félix a falta de respostas, vou ver quais são as respostas que falta dar para que seja tudo reposto, aliás, já prometi isso há uns dias e estão já a ser tratadas algumas respostas, só que os seus diretores também está aqui, também podem ouvir e eu sugiro que eles venham, ainda não fiz nenhum despacho, portanto, sugiro que eles venham às sessões da Assembleia Municipal, precisamente para se inteirarem das situações que são aqui colocadas para mais facilmente consigam conjugar todas a resposta, reunir toda a documentação para se poder responder às questões aqui levantadas. O mesmo acontece nas reuniões de câmara públicas, que também vai acontecer a presença dos diretores nas reuniões de câmara, principalmente nas públicas, porque também tem que depois dar resposta, para não estar a passar de boca em boca as respostas a dar. A manutenção das piscinas, vou passar a esta área para o Senhor Vice-Presidente, bem como a gestão dos critérios de utilização dos pavilhões. Depois temos a questão da ação climática, faço lembrar a questão da eficiência energética e a questão das alterações climáticas, Albufeira já fez muito muito dessa parte, para além de estarmos a iniciar um projeto interessantíssimo que é alterar praticamente tudo aquilo que é relva para outras plantas com menos consumo de água, o que vem diminuir drasticamente o consumo de água. Albufeira tem, não posso precisar, mas tem vários milhares, talvez treze mil, catorze mil lâmpadas com tecnologia led, o que veio, para além de reduzir grandemente a fatura, em termos de fatura financeira, reduziu também a questão de produção de Co2. Temos vários parques de estacionamento com painéis fotovoltaicos para produção de energia de autoconsumo, portanto, estamos a usar uma parte das águas já de reutilização das águas de estação de tratamento, está em andamento o projeto para reutilizar também as águas da estação de tratamento de Vale Faro, para isso tem que ser feito várias obras, para além de uma conduta, de uma canalização própria. Relativamente ao vereador Carlos Quintino, a estrada que foi aberta e que ainda não foi concluída, realmente parte daquele investimento que está ali já está feito, se calhar está feito, não consigo precisar, mas, se calhar metade do investimento está feito. Estão feitas as expropriações dos terrenos, foram pagas e foram feitas os movimentos de terras e as escavações e foram começadas algumas



obras de arte, foram começadas e não foi nenhuma acabada. O ano passado tive uma reunião com o senhor presidente do Instituto da IP, da Infraestruturas de Portugal e a situação relatada e tenho uma reunião pedida novamente com ele, que agora acho que é outra pessoa e com o Secretário de Estados desta tutela. O que me foi dito na altura foi que, portanto, é verdade que, a obra começou, um concurso público internacional, com certeza que dá a dimensão, porque não era só esta havia outras obras aqui no Algarve na mesma empreitada, penso eu, e depois chego a uma determinada altura parou. Parou precisamente na altura do Governo de Passos Coelho com a Troika, isso é indesmentível, não há volta a dar e o que é, mas não é por aí. Evidentemente que o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra meteu uma ação em tribunal, e o facto de ter esta ação em tribunal, porquê? Porque o Estado fez um contrato como ele que não cumpriu. Ao ter esta ação tribunal, o tribunal tem demorado, tal e qual como aqui demorou por uma questão relativamente simples, digo eu, uma questão dos resíduos sólidos demorou quatro anos a decidir sobre uma coisa que não tem grande explicação. Ali não sei se é mais difícil, se é mais fácil que isto, não me compete a mim, mas deduzo que agora passado este tempo, se ainda não houve nada, se não está inserida no orçamento, significa que ainda ou não está ainda decidida a questão do tribunal, ou a tutela perdeu interesse naquela obra, o que eu só queria esperar que não seja isso que aconteceu, porque ela faz imensa falta, portanto, está nesta situação, embora considero perfeitamente lógico e isso só reforça a situação, haver uma moção aqui na próxima reunião, que ajuda muito esse tipo de coisas, é mais uma questão, não quer dizer que resolva, mas ajuda." -----

Carlos Vieira: "Em relação ao mercado ou à feira que todos esperávamos ter no final do mês, dia vinte e oito, não existir é lamentável. Não consegui perceber nem entender o motivo que não é efetuada a feira. Inicialmente aquilo que ouvi falar, pensei que tinha a ver com localização, o espaço, agora foi dito, não era dinheiro, foi dito que não era espaço. Fiquei sem perceber qual o motivo que não se realiza a Feira Franca em Albufeira. Em relação aos assuntos que estamos aqui a tratar, nomeadamente os últimos relativos ao trânsito, eu aproveitava para refleti um bocadinho sobre o trânsito, trânsito em Albufeira anda a ficar um caos e há situações que, eventualmente, com alguma dificuldade, mas às vezes com coisas simples se poderiam alterar. Não vou falar da rotunda nova que fizeram recentemente no conhecido Intermarché, aquilo acho que é uma aberração de todo o mundo, mas, aliás, já



existiram lá três acidentes e ainda está construída nem há meia dúzia de meses, mas, se calhar, acho que não está previsto um Conselho Municipal para o trânsito ou uma comissão, talvez não sei, mas há aí uma série de situações complicadas e que, se calhar, se estudássemos o fluxo do trânsito e algumas soluções que poderiam ser encontradas, poderia melhorar muito esse fluxo. Dou um exemplo prático e que eu presencio quase todos os dias, aquele bocado de estrada que está entre Martinique e a rotunda do Wilde e todo o fluxo de trânsito que vem de baixo, da praia da Oura na direção, ou para Martinique ou então para a rotunda do Wild, formam-se filas, que chegam a ultrapassar de manhã a própria rotunda da Martinique, desde a rotunda do Wild, porque há uma paragem de autocarros, logo antes dessa rotunda que vai acumulando, existem autocarros que vão buscar pessoas ao Forte de Oura e aquilo começa a acumular-se uns atrás dos outros, aquilo é um caos, um caos autêntico, porque não há espaço, escapadela para os autocarros pararem, não há espaço para ultrapassar, tem os pins dentro da estrada e aquilo está um caos o trânsito. Eu não sou especialista, se fosse sobre mar ainda conseguia dar aqui algumas opiniões. Mas há ali um triângulo que, quando sobe, junto ao Clube Praia da Oura, que é sentido único que se pode virar à esquerda, para a rotunda do Wild ou a direita para a Martinique, tem sido um grande número de acidentes quando se tenta virar à esquerda, até porque está aí um espelho, mas devido à subida para entrar noutra estrada, cria-se ali um ângulo morto e tem havido muitos acidentes. Será que esse pecado triângulo aí, utilizado para uma escapatória para parar um autocarro e obrigar o trânsito de fluir, em vez de ir à esquerda, a ir à rotunda da Martinique e dar a volta e ter duas saídas, ou para cima ou para trás, será que não conseguimos resolver um bocadinho do problema? Isto é um exemplo, o que quero dizer com isto é que não percebo trânsito, mas, se calhar, uma comissão, esse é um local, mas existe outros. Existe o problema nos táxis para ali perto da avenida principal Sá Carneiro, existe uma série de problemas cá em baixo na rotunda da Oura, também o mesmo problema para parar os autocarros e as carrinhas de transporte de pessoas, a rotunda não tem espaço para parar e descarregar, não há local para descarregar um deficiente. Era bom, se calhar, criarmos uma comissão, não sei o que possa ser criado, mas com pessoas de diversas áreas, a GNR, técnicos da autarquia, pessoas que tenham alguma formação no trânsito e pudessem ver algumas coisas que, se calhar, com pequenas coisas, podia ser resolvidas e tornaria este trânsito mais fluído e mais fácil, tendo que existem obras, se calhar mais profundas e



maiores, e temos aqui um problema muito grave, neste cruzamento que continua a acumular também muito trânsito e que é um problema aqui o cruzamento dos bombeiros, portanto, deixava esta ideia no ar e esta reflexão."-----

Carla Vieira: "Eu vou ter que interpelar novamente aqui o senhor presidente da Câmara, no sentido de que fiquei sem perceber, certamente lapso da minha parte e de compreensão, mas fiquei sem perceber onde é que será realizado mercado." -----

Mónica Coimbra: "Obrigado, Senhor Presidente, pelas suas respostas, mas é assim, o que me respondeu foi tal e qual que o vice-presidente me respondeu, que ia enviar, que ia enviar. Eu estou à espera destes documentos, são três documentos há não sei quantos meses, portanto, eu não percebo qual é o problema de enviarem estes documentos, nós precisamos de analisar estes documentos ou vocês não têm os documentos feitos ou tão construí-los, portanto, agradeço que eu consiga ter acesso ao documento, porque efetivamente queremos analisar e a resposta é sempre igual. Obrigado." -----

Presidente da Câmara: "Sobre feiras e mercados, só vou dizer só aqui uma coisa, portanto, não vale a pena estar aqui a ser repetitivo, o mercado vai ser feito na zona da Marina, é uma resposta concreta. Relativamente à questão do trânsito do senhor deputado Carlos Vieira, fez aqui uma série de questões, pormenores de triângulos e de paragens, são pormenores que penso eu, não é numa assembleia que se vem tratar desse assunto, que não é. E utilizou seis ou sete vezes a palavra caos, que estava um caos. Eu imagino o que é que é uma cidade, um concelho, uma cidade principalmente com concentração aqui nesta zona do litoral, obviamente, com quinhentas mil pessoas aqui no verão, eu não sei como é que não se demora cinco horas a chegar de um lado outro, sinceramente, ainda não percebi, mas pronto para ele, isto está um caos. Que não há espaço, pois há certos sítios que não há espaços, mas também não se pode esticar o espaço que ele não existe agora, mas pronto, havemos de tentar, não estou com isto a querer dizer que tudo está bem, nem pouco mais ou menos, nem pensar nisso, há, evidentemente, sugestões que são de aceitar e devem-se aceitar, penso eu que isso poderá ser uma realidade. Relativamente à questão da deputada Mónica, não dei respostas, mas não tire conclusões, se calhar precipitadas das respostas que eu dei, quando eu disse isto, vou fazer os possíveis para que as respostas cheguem, portanto, evidentemente que não tenho aqui a solução na mão, não lhe posso responder objetivamente, como já respondi algumas coisas aqui objetivamente. Agora não posso



responder aqui tudo objetivamente, senão nem à meia-noite, se calhar saímos daqui, mas vão receber as respostas, penso eu, na próxima semana ficará o assunto encerrado."-----

Carlos Mendes: "Senhor Presidente, se não é aqui, nesta sala que devemos trazer aqueles diálogos que o meu colega de bancada do MIPA veio levar, é onde? A mesma situação que o meu colega falou aqui, já eu falei há meses, que é a situação dos autocarros pararem junto à rotunda do Wild & Co e mesmo assim não foi resolvido. Então diga-me lá onde é que a gente devemos falar, se não é aqui diga-me onde e como é que se faz para se resolver as coisas melhor, porque até aqui não foi feito nada." ----

Presidente da Câmara: "Sobre esta questão, levantada pelo senhor deputado, só quero dizer que estou aqui a trabalhar desde as sete e um quarto da manhã, aliás, tive um elemento da sua bancada bastante cedo e a qualquer hora posso receber sugestões deste tipo coisa, não sou só membro do município aqui, sou membro também noutro lado, em qualquer sítio, e nós encontramos-nos muitas vezes, portanto, não custará nada falar noutro sítio qualquer, e também não estou a dizer para não fala aqui atenção, nada disso. Quem sou eu para contestar essa situação. Agora, o que eu estou a dizer é que aceito falar com qualquer munícipe, independentemente de ser da Assembleia ou não em qualquer parte do concelho e é o que tem acontecido com muito bem sabe." ----

Presidente da Assembleia: "Antes de passarmos à ordem do dia, quero passar uma informação que já passei ao senhor Presidente, que aconteceu relativamente a um ponto que nós aprovámos numa ata anterior, que tem a ver com uma deliberação de reconhecimento de interesse público municipal à instalação do parque fotovoltaico de autoconsumo de energia solar, no parque temático Zoomarine, acontece que foi aprovado, devidamente aprovado, foi editado, houve um edital, mas quando se dirigiram às autoridades para apresentação desta declaração, a mesma tinha que ter por base ter sido deliberado em conformidade com o número três do artigo doze da portaria cento e sessenta e dois de dois mil e onze e ainda da alínea L, número um do artigo vinte e dois do RJRAN. Isto quer dizer que o ponto irá ao executivo, o executivo fará um aditamento, uma retificação, virá para deliberação e deliberaremos então em conformidade com esta questão." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia nem LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ORDEM DO DIA. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 26-09-2022 e 17-10-2022; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

#### **VOTAÇÃO da ata de 26-09-2022:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votou. -----

#### **VOTAÇÃO da ata de 17-10-2022:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Cláudia Raimundo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram. -----

### PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Certificação Legal de Contas;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----





Helena Simões: "Eu gostaria de começar dar relevo ao sucesso ou ao quanto bem-sucedido o município, vem plasmado no anuário financeiro dos municípios de dois mil e vinte e um, nomeadamente na página trinta e cinco, porque o documento tem qualquer coisa como quinhentas páginas, então entendi por bem, pelo menos, referenciar as páginas para que as pessoas que queiram acompanhar o possam, nomeadamente na página trinta e cinco, os municípios que representam a maior independência financeira, receitas próprias receitas totais, Albufeira surge em segundo lugar com um rácio de oitenta e sete virgula trinta por cento por cento. Na página setenta e três com maior diferença entre o IMI cobrado o IMI a cobrar face, se fosse à taxa máxima de zero virgula cinquenta, Albufeira surge em décimo lugar, no entanto, é o município cuja poupança é superior para o cidadão, que cifra-se nos duzentos e oitenta e quatro euros. Se olharmos não pela pontuação, mas se olharmos pelo valor em absoluto, depois em concreto em relação ao documento em questão e aqui em análise, obviamente, referenciar, tal como há bocado que o bem-sucedido que o município é no concelho a nível do desporto e a nível financeiro, tudo se deve a um trabalho conjunto do executivo e, obviamente, desta nobre casa. Em concreto em relação ao documento em apreço, eu tenho aqui algumas dúvidas que gostaria de elencar e que, obviamente, não precisam de ser respondidas hoje, mas gostaria de a seu devido tempo de as ver. Na página cinco têm vindo ativos sem valorização de ano para ano, a minha pergunta é quando é que os mesmos vão ser valorizados, uma vez que, eventualmente, poderão ter impacto no ativo e o ativo é importante para efeitos de financiamento. Depois, as imparidades aumentaram face a dois mil e vinte, aumentaram cinquenta e sete por cento. A pergunta está na página sete do documento que nós estamos a analisar e que é uma tomada de conhecimento, mas ainda assim que foi sujeita a análise da Assembleia, que poderia ter sido feito para de ser evitadas um aumento tão grande imparidades. Depois na página quinze, o resultado líquido negativo desceu em aproximadamente cinquenta e nove por cento. Na página dezassete aumentámos a execução face ao ano dois mil e vinte. Recordo que normalmente é uma das temáticas que a oposição muito aborda, que é a parte da execução do orçamentado. Depois a página vinte, a margem disponível de vinte milhões, um rácio de solvabilidade setecentos e quarenta que subiu face a dois mil e vinte e uma autonomia financeira de oitenta e oito por cento, que é igual a dois mil e vinte. Logo, independentemente das duas questões que eu suscitei a



questão das imparidades e a questão dos ativos por valorizar, não deixa de ser um bom quadro financeiro.”-----

Luna Silva: “Em nome do senhor presidente da Câmara Municipal, do Senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, ambos no exercício das suas funções, sintam-se todos os presentes devidamente cumprimentados. Na passada Assembleia Municipal de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois, apresentei inscrição sobre este ponto e reportei a seguinte questão: a empresa Salgueiro e Associados procedeu à auditoria e certificação legal de contas do município de Albufeira nos últimos cinco anos, nos anos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, por concurso público e nos anos dois mil e vinte e nos anos dois mil e vinte e um por ajuste direto. A empresa Salgueiro e Associados fundiu-se com a empresa Dfk associados, contudo, manteve-se a mesma equipa de auditoria. A Câmara sugeriu a esta Assembleia Municipal que se mantivesse o serviço de certificação legal com a empresa em questão para os anos dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. O partido Chega apresentou a sua oposição nos termos do artigo cento e treze, número dois, que refere que não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha sido adjudicada no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência da consulta prévia ao ajuste direto nos termos do disposto na alínea D do número um do artigo vinte e ainda o número seis, não podem também ser convidadas a apresentar propostas, entidade especialmente relacionadas com as entidades referidas no número dois e número cinco, considerando-se como tais, nomeadamente as entidades que partilhem ainda que apenas parcialmente representantes legais ou sócios ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação que é recíproca, quer de domínio ou de grupo. É que, de acordo com o projeto de fusão disponível no Portal da Justiça, parte do capital da sociedade a incorporar Salgueiro e associados é detida pelo mesmo revisor oficial de contas, o ponto voltou a ser apresentado para efeitos de deliberação na Assembleia Municipal de dezassete de Outubro, foi apresentado um parecer da divisão jurídica e de contencioso que, na sua presente apreciação, entendeu existir qualquer inconveniente legal na adoção do ajuste direto com convite àquela entidade. Por outras palavras, e de acordo com o que estava referido no parecer de forma muito resumida, a Câmara Municipal justificou a contratação desta empresa com base no valor, por ser permitido face à lei, quando o partido Chega pretende saber é, se porque recorrermos sempre à



mesma empresa, não estará aqui em causa princípios que vigoram na execução da contratação pública e que devem ser respeitados, como é o caso princípio da imparcialidade, uma vez que, apesar de serem empresas diferentes, a equipa de auditoria continua a ser a mesma. A Câmara vem agora juntar o relatório de informação financeira reportada de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um e trinta de junho de dois mil e vinte e dois, apresentado pela Dfk associados, onde é reportada a atividade levada a cabo, os procedimentos de revisão, auditoria às contas, bem como comentários sobre a informação financeira do município. Mas se esta câmara defende a nova contratação com base nos valores, não deveriam então ter sido entregue a estes deputados da Assembleia os contratos celebrados nos anteriores cinco anos, para assim se aferir se realmente os valores praticados foram, de facto, abaixo de vinte mil euros, como permite a lei, ao invés de enviar relatórios de informações financeiras? Ainda, após analisar informação económica do município, o partido Chega pode ler o seguinte, inconsistência no mapa de cadastro de ativos no decurso do nosso trabalho identificámos inconsistências no cadastro de ativos, nomeadamente ativos sem identificação do seu valor e ativos sem identificação da data de aquisição, registo de ativos referentes aos acordos de concessão de serviços. No decurso de nosso trabalho e apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível ao município obter e registar todos os ativos referentes aos acordos de concessão de serviços no âmbito NCP 4. Contudo, apesar de este ser um ponto de tomada de conhecimento, dadas as dúvidas surgidas, o partido Chega entrega a esta mesa um requerimento com várias questões com sede nesta documentação, a fim de as mesmas serem respondidas no prazo legal."-----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto gostava aqui de fazer algumas reflexões, já agora só um parenteses em relação aos dados do anuário dos municípios, Financeiro, também para dizer que, na posição global, o município que ter uma posição de relevo décimo quinto, mas tem vindo a descer sucessivamente, já teve em quinta posição e tem vindo a descer e está neste momento na posição quinze, de algum modo digamos, todo o município, todos nós devemos ficar, diria contentes com a posição do município de Albufeira em termos financeiros, mas, a propósito disso também gostava de fazer aqui uma reflexão, ou seja, em relação ao IMT do ano de vinte para vinte e um, registaram-se mais nove milhões de euros, ou seja, para se de passou-se de treze para vinte e dois, o total de aumento de receita por via dos impostos de vinte para



vinte e um, foram dez milhões de euros a mais. A transação de saldo ano para outro, houve uma diferença de quinze milhões a menos, portanto, entra como um gasto, uma despesa. Depois nas vendas, houve mais cinco milhões, um virgula um só em água, portanto, isto soma tudo à volta de trinta milhões a mais de receita de vinte para vinte e um. Ainda bem que a receita, sem dúvida a questão se pode pôr é e a obra? Também se fala muito dos gastos do município no período da pandemia, concordo, mas para ser rigoroso e já ouvi falar em muitos números, é uma questão de consultarmos a página dezasseis e diz e que foram gastos nove virgula oito milhões e não valores muito mais altos que eu já ouvi falar. A propósito de outra situação que também tem sido aqui muito debatida, até pela falta de critérios objetivos na concessão de subsídios às diferentes associações, eu podia citar aqui a página dezassete onde se diz "transferências concedidas com vista ao reconhecimento dos gastos no período em consideração, o município deve implementar medidas de controlo e monitorização das condições associadas às transferências concedidas às diferentes entidades" Depois, e já foi aqui referido as imparidades, se se reparar, foram um virgula nove milhões, e deixaria aqui a pergunta, penso que aqui é que devemos fazer a pergunta, como é que se passou de três virgula quatro milhões para cinco virgula três, ou seja, um aumento de vinte para vinte e um de um virgula nove milhões de imparidades? Provavelmente será água? Enfim, quem é que não pagou? Será que tem havido um trabalho, ou está a ser feito um trabalho no sentido de recuperar este valor? "-----

Presidente da Câmara: "Queria referir aqui a questão da valorização dos ativos e as imparidades referenciadas aqui por alguns deputados, no sentido de, com certeza que são reflexões que têm de ser feitas, ou deverão ser feitas e são recomendações pelo certificador oficial de contas que com certeza que deverão ser tidas em conta. Relativamente à questão da deputada Luna, vou ler atentamente o seu requerimento para dar as devidas respostas no mais curto espaço de tempo. Relativamente à questão do deputado Domingos Coelho às questões levantadas, evidentemente que ainda bem que há receitas, é verdade, mas também como referiu e bem falou em nove milhões de euros de despesa, mas não foram nove milhões de euros. Eu quando falo na despesa relativamente à época de COVID, dos dois anos vinte e vinte e um, não falo apenas na despesa realizada com aquisições de equipamentos para as escolas, das EPIS, nomeadamente o álcool, as máscaras, batas, enfim, a colocação de contentores no centro de saúde, aquisição de equipamentos de ventiladores e os equipamentos também



cedidos na altura, mas falo também da quebra de receitas que houve nesses anos. É preciso ver que isto não é uma despesa, mas há uma quebra de receita e houve realmente grande quebra de receita, isentamos todos os pagamentos das lojas que estão nos mercados, municipais, isentamos o pagamento durante três meses da água, isentamos o pagamento da ocupação da via pública, apoiámos fortemente os restaurantes, os táxis e mais as lojas através de um cheque oferta que na altura fizemos, portanto, enfim, há um sem número de ações que vou tentar haver uma compilação destas ações todas para que evitem estas dúvidas e para que se evite todas essas questões, que às vezes parece que as pessoas não estão cá. Depois sobre a pergunta e a obra, a obra está por aí, eu só quero que saiba deputado Domingos e amigo, dos quilómetros que foram pavimentados durante esses dois, três anos, quer em estradas quer em caminhos rurais. Só quero também que saiba, nomeadamente na freguesia de Paderne, estão ainda em acabamentos, as quarenta moradias e o saneamento dos Matos de Cima, Matos de Baixo, tudo somado dá seis ou sete milhões de euros. Temos a questão da ampliação do reservatório da Mosqueira, também foi à volta de dois milhões e tal de euros, temos o lar dos Olhos d'Água que está praticamente a terminar, falta apenas o fornecimento do equipamento e foram mais cinco ou seis milhões de euros. Temos a escola a escola Diamantina negrao, teve duas fases de ampliação, está terminada a segunda fase para se proceder à inauguração. Fizemos as escadas, para além de outras pequenas obras que se vão fazendo, evidentemente, não vou agora referir. Só para dizer que existe algumas obras, não é assim um deserto tão grande como possa parecer, ou que se possa pensar, evidentemente, como já disse várias vezes, Albufeira carece de várias coisas, evidentemente, variadíssimas coisas, as vias de comunicação, a rede viária chegou toda ao limite de durabilidade, é notório tanto por estas pavimentações já foram feitas. Eu enumerava aqui um conjunto de estradas municipais, estradas e fora os quilómetros de caminhos rurais que foram feitos, mas há muitos por fazer. Já falámos aqui em várias, rua MFA, rua António Aleixo, Avenida Sá Carneiro, Avenida do Ténis, estrada de Vale Pedras, estrada do Paraíso, que vai ser feita dentro de pouco tempo, logo que haja disponibilidade para esse efeito rapidamente, foi aquela que não foi feita, porque o concurso ficou deserto, não houve concorrentes na altura, depois seguiu-se um conjunto de situações de crises e estamos a entrar numa outra crise, que é uma verdade. E não sabemos, é uma incerteza saber para onde isto vai. Ainda hoje fiquei



estarecido, no noticiário das sete da manhã na antena um, dizia que em Beja, o ano passado ou há dois anos era oitenta e oito sem abrigos e neste momento tem trezentos e quarenta sem-abrigos. Não sei qual a razão, há de haver uma razão substantiva para que isso aconteça, o que é certo é que isto é um exemplo que é refletir e de pensar." -- Domingos Coelho: "Para já agradecer as explicações do Senhor Presidente e, como sabe, a amizade e consideração é mútua. Quando me referi em relação à obra, era mais no sentido daquelas obras que apontou agora na fase final, as obras eu diria estruturantes, claro que há obra. Agora, essas obras, António Aleixo, MFA, o plano de drenagem, a estrada de Valparaíso, era mais ao nível dessas obras estruturantes." ----- Presidente da Câmara: "Já referi que essas obras tem os projetos, alguns feitos e outros praticamente feitos, com possibilidade de avançar rapidamente algumas delas já em janeiro." -----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

### PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente ao processo de loteamento n.º: LOT710/1978; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Para dar aqui uma informação, como é habitual, formámos um grupo com vários deputados de várias forças políticas, deslocámo-nos ao local e fizemos não só a visita referente ao processo do ponto três, como também do ponto quatro no mesmo dia. E já agora posso adiantar que quer um quer outro na forma como vão ser alterados, serão benéficos para o município. Portanto, no caso deste, há aqui uma situação em que se pode depois construir uma pequena rotunda e dar um acesso a uma estrada com menos perigo e com mais condições. A outra, a vantagem que tem é que, para além da redução da capacidade construtiva, tem ainda melhores acessibilidades e, quer numa situação, quer noutra, entendemos pelo menos aqueles que lá se deslocaram, que era realmente de aprovar estas duas alterações do domínio público para o domínio privado."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Leonardo Paço e Carla Madeira.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

#### PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente aos processos LOT497/2004 e Lot498/2004; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Ia só dizer que não posso votar a favor, uma vez, não tive lá e não tenho conhecimento, de facto, do que é que se passa lá, de forma que não vou tomar essa responsabilidade. Não tenho nada contra, obviamente, nem contra um nem contra o outro, mas é exatamente apenas por isso."-----

Leonardo Paço: "Na sequência do que acabou de dizer a Carla Madeira, a minha abstenção também tem a ver com realmente não ter participado nesta situação e, obviamente, não poderei dar avaliação válida." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Leonardo Paço e Carla Madeira.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, -----



Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de adesão do município de Albufeira à Associação Geoparque Algarvensis Loulé - Silves - Albufeira; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "O aspirante Geoparque Algarvensis, Loulé, Silves, Albufeira, tem como objetivo ser um elo potenciador de uma maior valorização e promoção do património local e regional a nível internacional, com o foco de contribuir para a preservação do seu património geológico e cultural, assim como criar as condições para uma maior valorização do seu terreno. Conforme se prevê na proposta dos estatutos, poderão ser membros desta, pessoas coletivas ou singulares, públicas o privadas e com interesse no objeto social da associação, sendo que os membros fundadores tratam de ser os sujeitos que outorgam a escritura de constituição da Algarvensis, como é o caso de municípios, freguesias e entidades pertencentes ao setor empresarial local. A integração do município de Albufeira como membro fundador da Associação Geoparque implicará o pagamento de uma quota anual no valor de cem mil euros. Na proposta de regulamento interno, refere o artigo quarto número seis que o valor das quotas pode ser revisto anualmente por decisão da Assembleia Geral sobre a proposta da direção. O valor das quotas é um valor sujeito a uma revisão anual em Assembleia Geral que, de acordo com a proposta dos estatutos, se reúne ordinária e obrigatoriamente duas vezes por ano. O partido Chega pretende saber se esta assembleia terá a posteriori qualquer intervenção ou conhecimento de eventuais alterações no valor desta quota anual."-----

Mónica Coimbra: "Queremos aqui um pedido de esclarecimento, gostávamos de saber qual é a participação dos outros municípios, se é igual, se o valor é igual para todos? Quais são os critérios e o que é que está a fazer o município para angariar infraestruturas de apoio ao circuito geoparque no nosso concelho?"-----





Domingos Coelho: "A nossa questão é só, cem mil euros até quando? Ou seja, há uma quota e não há um limite no tempo, é enquanto a sociedade perdurar? Porque, enfim, e se perdurar por uma dezena de anos ou mais? -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à deputada Luna Silva, é bom ver que a associação não está criada, vai ser criada, aliás, depois desta Assembleia Municipal, caso seja aprovada, tem que ir ainda para o Tribunal de Contas, portanto, só depois posteriormente a isso é que haverá essa possibilidade de alteração da quota. A deputada Mónica Coimbra, pôs uma questão relativamente à comparação com os outros municípios, é perfeitamente igual, equitativa nos três municípios, aliás, ou outros dois municípios já estão um pouco mais avançados, porque houve aqui um pequeno problema de entendimento, por isso é que só veio agora, já devia ter vindo na última reunião de Assembleia para depois se enviar para tribunal de Contas. O deputado Domingos Coelho falou na questão da quota, até quando. Há aqui uma certeza, portanto, nós temos em dois mil e vinte e três vai ser conhecido o veredicto, se vai ser geoparque ou não, esperemos que sim, claro, não pensando que é garantido, evidentemente, se acontecer, terá duas opções, temos que realmente fazer um trabalho que está a ser feito pelo coordenador Luís Pereira está aqui presente na sala, tem sido, eu já o chamo de pró geólogo, ele sabe tanto daqueles fosseis que aparecem no Escarpão, como qualquer um grande erudito em geologia, portanto, isto acho que é um valor acrescentado que ninguém ainda tinha reparado que aquilo estaria ali e, portanto, evidentemente que os outros concelhos serão características diferentes, evidentemente, cada um tem o que tem, tem as características que tem, e espera-se que caso venha a acontecer, que não seja necessário haver quota de cem mil euros, faz-se a redução, mas se acontece que a quota tenha que subir por alguma razão extraordinária também se terá que alterar, depende da circunstância, do andamento da carruagem, portanto, esperamos que isto chegue a bom Porto."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, olhando só para uma pequena reflexão sobre o parque, sobre esta associação do Geoparque Algarvensis, eu tive a oportunidade aqui há um mês atrás, de visitar, enfim, aquilo que é o projeto desta associação, in Loco e foi na qualidade de professor até acompanhado com alunos, com o técnico aqui da Câmara, e fomos verificar que realmente existe uma riqueza e eu penso que o público que não está aqui presente e que está por trás, talvez da câmara que está a filmar esta sessão, é capaz não conhecer em maior profundidade e convinha que assim o fizesse. Por isso, a



comunicação deste plano, do projeto desta associação deverá ser mais divulgado por estas três câmaras que, por sinal, entre os seus técnicos já havia uma grande simbiose e, por isso, há um entrosamento muito interessante com interdisciplinar, no campo da Geologia, da Paleontologia, da Arqueologia, enfim, todos estão a colaborar e que se está a levantar uma riqueza no interior do Algarve e que toca, diz respeito a estes três concelhos, valorizando assim a oferta como destino turístico. Já queremos diversificar também essa oferta, também queremos combater a sazonalidade e é extremamente importante que exista um parque deste género que exista essa divulgação, se ele for realmente vindo a ser considerado um parque, ele vai ter, enfim, só por si, uma publicitação mundial que vai atrair imensa gente e é também ao mesmo tempo uma oferta alternativa, porque aquele visitante que está aqui no Algarve por alguns dias sentirá curiosidade em cortar, enfim, o seu destino banhar com uma visita cultural deste género, ainda por cima uma visita campestre, uma visita que os leva a conhecer o interior mais profundo do Algarve e as suas aldeias e a sua etnografia que é tão válida e que nós devemos manter a sua caracterização." -----

Presidente da Câmara: "Apenas referir aqui duas questões, realmente a relação entre os três municípios, já contei várias vezes a história, como é que surgiu, surgiu com o aparecimento de um fóssil, no interior do concelho de Loulé. Porque sendo esse espaço, o concelho é relativamente pequeno, colega Vítor Aleixo contactou o presidente da Câmara de Silves e contactou-me a mim para saber se Albufeira queria pertencer. Existe aqui uma possibilidade e uma capacidade, ela já existe está instalada, agora existe uma possibilidade de valorizar aquilo que está no terreno, isto é demonstrativo de que quando as pessoas querem, repare, estamos aqui a falar de três municípios com cores partidárias todas elas diferentes, portanto, nada é impeditivo, nada é obstáculo e tem funcionado bastante bem, aliás, excelentemente bem a questão dos técnicos coordenadores municipais, bem como na elaboração do próprio plano de atividades do aspirante a geoparque, neste momento o termo é aspirante a geoparque, mas de certeza absoluta que a UNESCO, sendo uma entidade altamente exigente, também traz atrás do selo da UNESCO o resultado, penso eu bastante positivo, portanto, é nesse sentido que acho que todos temos de caminhar nesse sentido, é uma possibilidade de termos ali um tipo de turismo diferente, cultural, científico, natureza, enfim, tudo vários aspetos que poderão ser explorados e podem ser potenciados nesse campo." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura do projeto "Keeping Water (K-Water)" ao Interreg EURO MED; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Eu quero aqui realçar a capacidade e a vontade 6seja do executivo, seja dos técnicos de se candidatarem a este Interreg EURO MED, que é um programa europeu que, no caso do município, aquilo que vejo é que prevê uma série de coisas, nomeadamente a substituição do coberto vegetal para termos uma redução do consumo de água, por plantas autóctones e também a motorização, a gestão da rega através de telegestão, estações meteorológicas e, sobretudo, uma forma de detetar ruturas da rede e repará-las ou interromper o consumo. Esta questão da zonas relvadas, nós já tínhamos falado neste Fórum, eu sei que há o compromisso do executivo nesse sentido, mas efetivamente, este programa vai dotar também o município de uma de uma capacidade de investimento grande nesta matéria, o que se estima poder reduzir em noventa por cento o consumo de água e oitenta por cento dos custos operacionais, o que é efetivamente de elogiar, até porque com a aprovação nesta Assembleia, desta intenção, Albufeira passa a ser uma entidade líder neste projeto, da qual fazem parte também uma série de países, nomeadamente a França, Chipre, a Croácia, a Bulgária,



Eslovénia, Montenegro. Vem na proposta bem definido, aquilo que é as rubricas de investimento dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, a comparticipação é de oitenta por cento nas despesas consideradas elegíveis, no máximo três milhões de euros, se bem percebi, ao que acresce o montante de comparticipação nacional de vinte por cento e, portanto, é aqui mais um projeto intenção que se vai certamente materializar por parte do executivo de Albufeira, para que para projetos específicos se possa tomar uma atitude que todos almejamos, entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, depois vejo aqui também dois mil e vinte e três até dois mil e vinte e sete e, portanto, a bancada do PSD/CDS vem por este meio realçar aquilo que é a atitude positiva nesta candidatura." -----

Luna Silva: "Refere a proposta deste projeto Keeping Water que, no caso do município de Albufeira, será aplicada a substituição das zonas relvadas com espécies autóctones mediterrânicas que levará a uma redução de cerca de noventa por cento do consumo de água e uma redução de oitenta por cento dos custos operacionais. A candidatura terá um montante máximo de investimento de três milhões setecentos e cinquenta mil euros, acrescido de IVA para vinte e quatro meses, ano de dois mil e vinte e três e ano de dois mil e vinte e quatro, repartido na rubrica de investimento, na rubrica de serviços e na rubrica de recursos humanos. O financiamento é de oitenta por cento das despesas consideradas elegíveis no montante máximo de três milhões de euros e o montante da comparticipação nacional, vinte por cento será de setecentos e cinquenta mil euros. Existe nos documentos do ponto da ordem do dia, uma troca de e-mails entre a diretora executiva e a Câmara Municipal, onde a mesma refere que o projeto ficará a custo 0, visto que serão imputados os salários da equipa de gestão e da equipa operacional e que inclui todos os operários municipais, encarregados e técnicos superiores que irão trabalhar nos espaços públicos. Pergunta-se, qual será o valor efetivo do custo deste projeto para a Câmara Municipal de Albufeira?"-----

Carla Vieira: "Não obstante este projeto poder vir a revelar-se interessante, efetivamente útil para o município, a verdade é que não passam de expectativas que, a nosso ver, podem sair frustradas, naturalmente, e além de todos os considerandos que já foram aqui expostos pelo deputado Carlos Quintino e pelo deputada Luna Silva, a verdade é que consta também do documento que o prazo de candidatura, o segundo convite terminou no passado dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e dois. Ora, nós perguntamos se efetivamente o município se candidatou ou não a esse projeto?"---



Presidente da Câmara: "Agradeço as palavras do vereador Carlos Quintino, a deputada Luna Silva, evidentemente que o que está a ser feito, o projeto na realidade já começou, já começou a zona da Marina, por exemplo já está a ser substituída a relva por outras espécies. E foi precisamente por já ter esse projeto em mente, em termos de substituição para evitar não só o consumo de água, mas também o gasto de tempo dos recursos humanos de relacionados com os espaços verdes, porque a relva é uma planta que, para além do trabalho que dá e que é do trabalho que é do tempo que ocupa os trabalhadores, tem um custo em termos de água, não só pela rega em si, mas também pelo modelo de rega que é pura expressão enquanto as outras plantas que estão a ser já plantadas, algumas delas na marina e que vão ser aqui no eixo viário também vão ser plantas com rega gota a gota, o que é uma rega completamente diferente, muito mais eficaz e daí essa eficácia haver uma redução de noventa por cento do consumo de água, porque a partir do momento em que as plantas fiquem pegadas, a partir dali, o conjunto de água é praticamente nulo. Portanto, quanto custa o projeto, pois vai custar muito mais que a participação, caso seja aprovada claro, evidentemente que isto se é uma candidatura tem que ser necessariamente aprovada, e estas aprovações são a nível da Europa, não são a nível do país, por isso é que se chama Interreg e tem que ter a ligação com vários países, neste caso é o Interreg do MED, que quer dizer Mediterrâneo, portanto, é só da zona do Mediterrâneo, onde estão incluídos estes países. Foram muitos outros contactados, portanto, nós pusemos na plataforma a proposta de angariação, digamos, de parceiros e apareceram dezenas de parceiros de vários países do Mediterrâneo, no entanto foram escolhidos estes seis, para além de Portugal, de Albufeira, o projeto de cada um deles não é igual a outro. Estamos aqui a ver, por exemplo, duas universidades, nomeadamente na Eslovénia e Montenegro, há aqui municípios também, o caso da Croácia, portanto, temos aqui, para além da possibilidade em termos de troca de experiências, mais até que o dinheiro em si, por três milhões setecentos e cinquenta mil euros, não só muito dinheiro, porque dividido por sete entidades não é muito, mas qualquer das maneiras é qualquer coisa. Depois muitos parceiros foram recusados, porque não pode ser mais que sete, salvo erro."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de "Execução de ramais de fornecimento de água - 2023-2024", com o preço base de 161.414,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "De acordo com o caderno de encargos da empreitada, execução de ramais de fornecimento de água, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, a cláusula catorze com título multas por violação dos prazos contratuais, refere o seguinte: número um em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra, por facto, imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual por cada dia de atraso em valor correspondente a dois por cento do preço contratual. Número dois, no caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra, por facto, imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no número um, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzida a metade. Número três, o empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução de obra, quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato. Dito de outra forma, se o empreiteiro incumpre os prazos parciais de execução de obra, bem como o início e a conclusão da obra, por facto, que lhe é imputável, é-lhe aplicada uma quantia paga a título de sanção contratual, mas se à posteriori concluir a obra dentro do prazo, a quantia é reembolsada. O partido Chega já se tinha pronunciado relativamente a esta cláusula, por não concordar com o teor da



mesma, pois se o empreiteiro incumpriu com os prazos deve ser sancionado e esse valor não pode ser reembolsado. No caso em apreço, o prazo de execução desta empreitada é de vinte e dois meses a contar da data da consignação. Imaginemos que, no caso há um incumprimento de três meses de obra, como é que, em termos práticos, se recuperam três meses de uma obra parada? E não poderá mais tarde a obra vir a apresentar defeitos? E poderá também a câmara vir depois alegar o artigo quarenta e oito número a e resolver o contrato por incumprimento definitivo, por facto, imputável a empreiteiro? Senhor Presidente, face ao disposto, o partido Chega solicita, desde já, um parecer referente o teor desta cláusula que catorze do caderno de encargos." -----

Presidente da Câmara: "O que está aqui em discussão não é as clausulas treze ou catorze, mas já registei sobre a questão da cláusula catorze, que tem essa questão já levantada pela deputada Luna noutro dia. O que está aqui em causa apenas é a repartição de encargos por anos económicos, não está aqui em causa mais nada em termos de discussão, portanto, as pessoas estão a ver uma discussão, mas não estão a discutir aquilo que realmente é de discutir, que é a repartição dos encargos por três anos, está ali no corpo do programa de concurso, da informação que está aqui, mas de qualquer maneira vou averiguar estas situações, independentemente dessa parte." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: um (01) Luna Silva-----

Abstenções: duas (02) Mónica Coimbra e Carla Vieira-----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

## PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do processo de renovação de licença da estação de transferência de Albufeira da Algar; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "O partido Chega vem levantar algumas questões sobre este pedido de renovação da licença de estação de transferência de Albufeira da Algar, senão vejamos, o terreno onde se encontra edificado a estação transferências de Albufeira da Algar é da propriedade do município de Albufeira e encontra-se inserida em zona de Reserva Agrícola Nacional, RAN e por se encontrar em área de RAN, o deferimento do pedido de renovação do alvará de licença pela CCDR encontra-se condicionada a alteração do PDM de Albufeira e da regulamentação das instalações. Outra alternativa para a renovação desta licença seria uma aprovação pela Câmara Municipal, ao abrigo das suas competências para classificar a ET como instalação de interesse público e submeter a esta Assembleia Municipal para que delibera e emita uma declaração no qual manifeste considerar que a ET de Albufeira é um equipamento de interesse público municipal, bem como a passagem do domínio público municipal para o domínio privado municipal. Esta alternativa é legal e encontra-se prevista no artigo vinte e cinco do regime jurídico da RAN, decreto-lei número setenta e três barra dois mil e dezanove de trinta e um de março, alterado e republicado pelo decreto-lei número cento e noventa e nove barra dois mil e quinze de dezasseis de setembro, mas as dúvidas não se cingem na legitimidade deste ato pela Assembleia Municipal, mas sim o timing do pedido e na pendência que dele emana, façamos uma cronologia no tempo, a dezasseis de junho de dois mil e catorze, a Algar enviou uma carta ao município a solicitar que fosse indicado os procedimentos a realizar para regularizar a situação da cedência do direito de superfície do terreno. A dezoito de agosto de dois mil e quinze envia nova carta reiterar o pedido, a vinte e quatro de agosto de dois mil e quinze suporta de novo o pedido e requer uma deliberação da Assembleia Municipal respeitante ao despacho de utilidade pública da instalação. A dezassete de outubro de dois mil e dezasseis envia nova carta a fim de tentar regularizar esta situação, a vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito de novo Algar solicita que se agende uma Assembleia Municipal, a fim de se reconhecer o interesse público da instalação, por forma a que a Comissão de Reserva Agrícola pudesse emitir o parecer. Assim sendo, parece-me que este pedido está pendente dentro de dois mil e catorze e dois mil e quinze, desde esse ano que alguém enviou ofícios à Câmara emails, cartas e nunca





obteve resposta. Inclusive, no ano de dois mil e dezoito foi remetido um e-mail à Câmara Municipal com o seguinte teor, na sequência da nossa conversa do passado dia três de dezembro, V/Excelência, o presidente da Câmara Municipal, prontificou-se a agendar para futura reunião da Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse municipal desta instalação. Pergunta-se, alguma vez este pedido foi ponto da ordem do dia da Assembleia Municipal? É que o partido Chega quer entender e quer perceber o porquê deste impasse que já vem desde dois mil e catorze. Quais foram os motivos que levaram esta delonga? E porque é que a Câmara nunca apresentou respostas à Algar? Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Assembleia é soberana e assim, o partido Chega requer que este ponto seja retirado da ordem do dia e que seja feita uma explanação por quem de direito sobre todo este procedimento, para que os deputados tenham matéria e conhecimento factual para assim poderem suportar o seu sentido de voto."-----

Presidente da Câmara: "A questão que aqui suscitadas nesta Assembleia são a questão do domínio público para o domínio privado municipal e a questão de conceder interesse municipal para que a Comissão da Reserva Agrícola possa emitir o parecer para ser remetida a aprovação da CDDR, no sentido de renovar a licença de exploração da estação de transferências. Foram feitas reuniões ao longo dos anos, evidentemente que havia tal hipótese de haver em sede de revisão do PDM e, uma vez que ainda falta um ano, entendi trazer agora à reunião. É só se a questão, antes que seja retirada a licença e depois termos de pôr uma estação de transferência e eu digo que esta estação transferência é apenas utilizada pelos resíduos do município de Albufeira, não é intermunicipal. Portanto, está em questão estas 2 questões, passar do domínio público municipal para o domínio privado municipal e declarar uma declaração de interesse municipal. Evidentemente que não veio ainda à Assembleia Municipal, embora tenha tido várias reuniões, houve vários impasses com Algar, a Algar também mudou de estratégia, um período exageradamente longo e com várias justificações para que isso viesse a acontecer."-----

Domingos Coelho: "O PS também partilha desta preocupação, porque é que este processo se arrastou tanto tempo? Por outro lado, também temos consciência da necessidade de funcionamento da estação de transferência. Eu por acaso, passei lá esta tarde até por uma questão, digamos, de ter um pouco ideia de como é que aquilo estava a funcionar, e a questão que já agora colocava ao senhor Presidente é se o



ponto for retirado para uma melhor explicação, até em termos mais técnicos se há algum inconveniente em termos do funcionamento da recolha e da transferência do lixo? Porque aquilo é um ponto onde o lixo comum é, diríamos, enfardado e depois transportado para o aterro na zona de Silves, Monchique." -----

Carla Vieira: "Efetivamente Albufeira Prometida, na minha pessoa e da Mónica, partilhamos inteiramente da posição exposta brilhantemente pela colega Luna Silva. Efetivamente somos de crer que este ponto deverá ser retirado da ordem do dia, na medida em que nós não nos sentimos devidamente esclarecidos sobre a questão que está em causa. Criar um outro problema da recolha ou não do lixo, pois se efetivamente esse problema se tivesse colocado desde dois mil e catorze não era recolhido o lixo em Albufeira. Portanto, estar a criar um problema daquele que possivelmente já existirá desde essa data é estarmos aqui a fazer, desculpem a expressão cavalo de batalha onde não existe, portanto, pretendemos esclarecimentos, a razão pelo qual este assunto ainda se encontra pendente, de forma a que, em consciência, possamos votar."

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS acha que aquilo que a documentação reflete é absolutamente transparente, nomeadamente essa "memo" que aí aparece da Algar, que faz uma cronologia exata daquilo que foi o desenrolar do processo e, portanto, encara a demora como aquilo que infelizmente é muitas das vezes o funcionamento que deveria ser mais célere, isso todos concordamos, das entidades públicas, parece-me que o que há aqui a decidir é efetivamente a questão do interesse pelo público municipal, ponto de vista técnico-tático, a questão está mais do que definida e, portanto, não vê a importância no retirar do porto."-----

Presidente da Câmara: "Não apenas para dizer que realmente é uma verdade, como disse há pouco houve aqui por vezes, provavelmente, esquecimentos de parte a parte, depois ultimamente com o administrador-delegado está na Algar, tivemos várias conversas no sentido de levarmos isto para a frente, que era uma preocupação da Algar. A Algar teve ali na altura da privatização, alguns anos que não houve grande evolução, nos projetos tinha entre mãos, mas isto vem criar um, evidentemente, se não for legitimada agora vai ser legitimada em sede de PDM, portanto, e terá que ser antes que a CCDR retire a licença e depois não sabe onde é que vai ser depositado os resíduos que são recolhidos aqui no concelho, portanto, isto depois vai ser um outro problema."



Presidente da Assembleia: “Vamos passar à votação em alternativa, porque há aqui duas propostas, a proposta vinda do executivo que é de manter este ponto e a outra que é a retirada do ponto.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação em alternativa de retirada do ponto da ordem do dia.----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIRADA DO PONTO:**-----

Votos: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Sílvia Dias, Carla Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne-----

**VOTAÇÃO DA MANUTENÇÃO DO PONTO:**-----

Votos: catorze (14): Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Ausências: uma (01) André Lima-----

**VOTAÇÃO PONTO OITO:**-----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Abstencções: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Sílvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carlos Quintino: “A bancada do PSD/CDS congratula-se com a aprovação deste ponto e quer realçar o sentido de responsabilidade que os seus deputados que votaram favoravelmente à manutenção de um ponto e também à sua aprovação revelaram, tínhamos acabado de falar aqui, às vezes naquilo que é o excesso de burocracia das instituições e que efetivamente atrasa os processos, e eu contente fico bancada do PSD/CDS também de que não se tenha contribuído para atrasar mais este processo.”--

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para as atividades de Artesão, Artística, Restauração e Bebidas não sedentárias e Venda Ambulante, para os meses de novembro de 2022 a março de 2023;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Leonardo Paço: "Eu vou obviamente votar a favor, só tenho pena que isto venha só agora a nosso conhecimento, pois o mês de novembro já vai sensivelmente a meio. Penso que esta deliberação devia ter sido feita antes do mês começar."-----

Luna Silva: "O partido Chega reconhece a importância desta iniciativa e por tal congratula o executivo pela tomada de uma medida que apoia e salvaguarda os interesses dos nossos munícipes."-----

Carlos Quintino: "Congratular o executivo por aquilo que é esta tomada de posição e que, de certa forma, vai desafogar um pouco aquilo que é em momento de crise ou de início de crise, hipotética crise, os nossos comerciantes, os nossos empresários e, portanto, enaltecer esta decisão." -----

Presidente da Câmara: "Precisamente a questão que levou a isentar neste período de tempo de inverno, é precisamente essa a situação para evitar custos, onde a receita é muito menor. Se chegarmos a março e a situação tiver problemática na altura, será estendido por mais tempo, com certeza. Isto já foi à Câmara há quinze dias, e veio agora aqui à Assembleia Municipal, se tivesse vindo mais cedo poderia ter sido melhor, mas pronto, não tenho resposta para isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao



procedimento para atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior para o ano letivo 2022-2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Comparticipação de valores atualizados de passes da rede de transportes urbanos (serviço GIRO) a partir de 1 de Dezembro de 2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "O partido Chega eleva e congratula esta decisão por parte do executivo que, desde o ano dois mil e doze não atualiza os títulos dos transportes urbanos de Albufeira, serviço GIRO, por considerar sempre como prioridade o apoio aos munícipes, contudo, não posso deixar de relembrar que, na passada Assembleia Municipal de catorze de março de dois mil e vinte e dois, o partido Chega apresentou uma proposta nesta Assembleia de um passe gratuito para todos os alunos do concelho, incluindo seniores, residentes no concelho e ainda na criação de um passe gratuito para a classe trabalhadora e residente no concelho com sistema burocrático e acessível e simples para todos."-----



Domingos Coelho: " Nada contra antes pelo contrário, aliás, à semelhança de outras cidades que têm apoiado nos transportes coletivos, mas gostava de levantar aqui a questão Paderne, ou seja, os nossos concidadãos de Paderne, estou contribuir através dos seus impostos para este subsídio de duzentos e tal mil euros que a câmara investe para que os bilhetes não aumentem e, portanto, os concidadãos de Paderne pagam para este subsídio e não têm qualquer transporte público apoiado pelo município. E já agora recordaria e gostaria de que o Senhor Presidente, no outro dia percebi que estava aberto a estudar uma qualquer hipótese, somente agora que ou daqui a pouco tempo, quando aqueles quarenta fogos forem ocupados, que serão mais ou menos à volta de cento e trinta pessoas que irão para Paderne e não têm transporte." -----

Carlos Quintino: " Albufeira deve ser um caso de estudo no que diz respeito àquilo que é a sensibilidade que revela, porque, desde dois mil e doze não aumenta este tarifário e, portanto, isso revela uma alta sensibilidade social, nomeadamente na questão do transporte. O que quero realçar aqui prende-se com o seguinte, nós vamos ter na rede de Giros uma rede composta por onze linhas, Olhos de água, Guia, Galé, Algarve Shopping, Malhada Velha, Mosqueira, Fontainhas e Patroves, vão ser vinte e três autocarros, sendo que até ao final de dois mil e vinte e três, o executivo prevê que sejam todos elétricos. Vai haver substituição dos abrigos de passageiros e alguns que bem necessitam, e um novo sistema de bilhetes e algumas paragens daquilo que me é dado chegar, também vai haver informação em tempo real dos horários online e, portanto, logicamente que tudo isto tem custos, não é? A rede e aumentada significativamente, a qualidade dos transportes com os novos autocarros e o acesso à aquisição dos bilhetes é aumentada significativamente, no entanto, continua efetivamente a haver uma alta participação para as pessoas mais carenciadas e para os alunos em tempo escolar e, portanto, aquilo que daqui sobressai é, não era aumentado há dez anos, aumenta-se porque efetivamente se faz uma alta ampliação, seja naquilo que é o número de linhas, seja na área de abrangência, seja na melhoria dos veículos e mesmo assim, consegue-se manter uma boa participação às pessoas mais necessitadas, aos idosos e aos alunos."-----

Presidente da Câmara: "Dizer que isto é mais um esforço que a autarquia faz, obviamente que sim. Respondendo à questão Paderne, ainda hoje estive de manhã reunido com os técnicos da Câmara neste campo, existem seis carreiras diárias num sentido e existe sete noutro sentido, eu fiz também uma possibilidade que é o



transporte a pedido, que as pessoas telefonam com quarenta e oito horas de antecedência, isso tem que ser melhor publicitado, que ainda não foi, mas acho que é uma questão a ponderar. Se depois disto, houver necessidade, mas tem que ser feito um estudo sério, não podemos correr o risco de andar autocarros para cá e para lá sem ninguém, porque não estamos aqui para gastar o dinheiro, só para só para dizer que temos um autocarro a circular. É importante que se faça a análise, que se faça estatísticas, os números valem o que valem, mas por vezes vale muito, porque espelham muito a situação, portanto, não estou fora dessa reequação da questão Albufeira Paderne, vamos publicitar muito a questão do transporte a pedido que é uma nova modalidade, que funciona quando as pessoas têm devidamente programada a sua vida, é com 48 horas de antecedência, não pode ser de hoje para daqui a bocado me lembro de ir a Albufeira, aí não dá. Relativamente à questão do fornecimento dos autocarros elétricos, o fornecedor prevê que possa vir a ser antecipado o fornecimento dos dezoito que faltam e quero esclarecer também que o ponto mais a leste é o clube Adriana, para lá do Alfamar, portanto, vai fazer uma grande uma grande cobertura do espaço, principalmente o espaço litoral e Ferreiras, Malhada Velha, Patroves, Fontainhas tão contempladas Vale Parra, Sesmarias. Depois vamos fazer a apresentação disto, porque a concessão começa em dezembro."-----

Carla Madeira: "Eu só queria realmente aplaudir, a vontade do município de resolver este problema que é grave da falta de autocarros para Paderne. Só queria perguntar porque é que esta freguesia tem que funcionar com quarenta e oito horas de antecedência? Porque eu vejo até bastantes autocarros da Albufeira para as Ferreiras, vazios e vice-versa. Julgo que as coisas até se resolviam apenas com um autocarro pequenino ou uma carrinha fosse o que fosse, mas uma alternativa aos horários das carreiras que já estão colocadas da VAMUS." -----

Presidente da Câmara: "Não fujo a essa responsabilidade de resolver, depois de alguns estudos sobre este transporte, para fazer essa situação, porque neste momento são seis carreiras para um lado, são sete para outro lado, diariamente, portanto, significa que já é qualquer coisa, não é assim um deserto tão grande como possa parecer. Evidentemente que temos que ponderar essa situação e isso está em cima da mesa. Depois desta concessão iniciar, teremos que partir para a questão de Paderne." -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Empreitada de Reabilitação de Edifício para futuras instalações do Posto de Turismo de Paderne, com o valor base de 352.912,12€ + Iva; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Mendes: "Os membros da bancada do MIPA não concordam com localização onde vai ser feito o posto de turismo, visto que os visitantes que nos visitam a freguesia de Paderne são bastantes e são visitantes com alguma idade e que a acessibilidade não os favorece que é uma realidade, porque eu mesmo fiz esse percurso da Caixa Agrícola até à Junta de Freguesia para ir buscar alguns documentos que necessitava para hoje e cheguei lá muito cansado e tenho quarenta e oito, fará as outras pessoas que são mais velhas que eu. Visto que isto e sabemos nós, a bancada do MIPA, sabendo que foi feito, um projeto pela Junta de Freguesia e que foi enviado pelo mesmo executivo da junta, pelo presidente da junta, Miguel Coelho, que hoje não é presidente, mas já foi, foi a trinta e um do três de dois mil e vinte e um e a sete do sete de dois mil e vinte e um, onde, do ponto de vista da bancada do MIPA, é um projeto muito mais favorável à aldeia. Eles têm aqui, dão um nome que é parque da aldeia, onde eles dizem que onde está este projeto é para aproveitar aquele terreno, quando se vira para a fonte e aí fazíamos um parque de aldeia, como eles disseram, com algumas máquinas agrícolas que é a referência, dessa mesma aldeia. Então nós propúnhamos aqui à Assembleia





Municipal, como já fizemos noutros pontos, que levássemos à votação, uma visita de estudo dos nossos colegas deputados ao local para irmos ver a dificuldade que temos ao chegar ao posto de turismo em Paderne. Era bom que fôssemos lá, e era bom pudesse ser levado à Assembleia Municipal, essa votação para nós irmos votar nessa obra em consciência e fazíamos todos um percurso até lá em cima e víamos as instalações que lá estão, que vão ser aproveitadas por isto, não estou a dizer que é má ideia, fazer-se obras numa obra devoluta, é uma boa ideia, dentro da freguesia, mas pelo que nós vimos aqui há projetos que ficam mais bem enquadrados na aldeia.” -----

Carla Madeira: “Qualquer projeto que vá para Paderne terá sempre o meu aval, por muitas razões, este projeto, como o Carlos falou, não me parece que seja, de facto, o local ideal, não só pela dificuldade em se chegar lá em cima, a este edifício onde será feita a reabilitação para o poste de turismo, mas porque também as pessoas nem todas vão a pé para lá, há àquelas que vão de carro e não há estacionamento. Não me parece que as pessoas deixem o carro cá em baixo, depois andem cem metros a pé para ir a um posto de turismo e depois, porque está ali enquadrado no meio de edifícios que acho que aquilo não fará muito sentido. Eu acho até que este valor é um bocadinho até exagerado, mas pronto, se chegasse a Paderne, seria bem-vindo. A minha questão aqui também se prende com o facto de ser um edifício que dá para as duas ruas e perceber se isto serviria apenas como posto de turismo, ou se a iria, portanto, acolher outros serviços na aldeia?”-----

Domingos Coelho: “O PS não põe aqui tanto em causa este projeto, colocava uma questão de prioridade. Eu penso que primeiro temos que criar as estruturas para chamar o turista e a estrutura fundamental para chamar o turista neste ano, penso que é o Museu do Barrocal, é o museu que tem vinte anos de promessa por parte do PSD e que até hoje não foi realizado e penso que ainda estamos a tempo e mais uma vez, sugeria aqui a hipótese da Casa Menezes, por razões que já aqui muito avancei e penso que qualquer pessoa chegará exatamente a essa ideia, porque que se propõe aquela casa. Depois do turista é que temos que criar a estrutura de apoio ao turista, primeiro chamar o turista e já agora em relação a este projeto e tendo em conta a área que aquele prédio corresponde, propunha que se estudasse a hipótese de no Rés-de-chão o posto de turismo e no primeiro andar, porque não uma zona habitacional, porque hoje o que Paderne precisa, o concelho precisa é de habitação e penso que



podia ser aqui conciliável. Agora para mim, para o PS, e para as pessoas de Paderne acima de tudo, o museu do Barrocal já e depois sim esta estrutura."-----

Foi colocada a votação a continuação da sessão, por a mesma ultrapassar as vinte e duas horas e trinta minutos, tendo sido aprovado por maioria a sua continuação.-----

Carlos Quintino: "Excelentíssima Assembleia, votámos a favor, porque uma questão de lógica e bom senso não faltam mais do que dez minutos, eventualmente para acabar, estamos no último ponto da ordem de trabalhos. Para realçar o seguinte, tudo o que se faz em Paderne é positivo, também o que se faz nas outras freguesias. Eu vejo aqui uma série de gente relacionada com Paderne e outros que são de Paderne, sempre a pedir mais para Paderne e com toda a razão de o fazer, com toda a razão. O que eu quero dizer é o seguinte, independentemente daquilo que possam ser as vossas legítimas dúvidas, a bancada do PSD/CDS vai votar favoravelmente este ponto da forma como é proposto pelo executivo."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Muito boa noite a todos, portanto, começando pelo posto de turismo, ora o posto de turismo tem um lugar próprio, foi comprado pelo executivo e estão na mente fazer obra. Aquela obra, há uns dois meses que foram para lá técnicos fazer reparações e as pessoas estavam a pensar que a obra ia se iniciar e o que é que acontece? Tiraram o telhado telhado, aquilo ficou sem condições nenhuma, é onde os pombos dormem, fazem lá todas as suas necessidades e é um desagrado total. Temos ali em Paderne, espaços cá em baixo, fizemos uma proposta porque o terreno não é nosso, o terreno é da Câmara Municipal, de fazer o Museu da Ruralidade, que nós temos muitos equipamentos, máquinas ceifar, demolhar e, portanto, complementávamos ali com um posto de informação. Todas as obras são bem-vindas para Paderne, porque em cima não temos estacionamento, portanto, deveríamos ter mais estacionamento e a Câmara tem um terreno, portanto, em frente à antiga Caixa Agrícola que se encaixava bem ali um estacionamento. E onde futuramente está previsto, o museu era de a Câmara adquirir um edifício que está lá que é grande, não tem nada a ver com o outro e faziam dali o alojamento local onde está previsto o museu e temos de ter estacionamento para que as pessoas possam ir a Paderne, porque um autocarro não consegue ir lá em cima, portanto, é isto que temos que ver e pôr em mente e a Câmara estou convencido que tem por obrigação olhar por Paderne, porque Paderne fica esquecida, muitas casas velhas que comprou, que



adquiriu, eu acho que devemos pô-las a funcionar. Compra-se e depois tapa-se as portas, com certeza, terá que ter um fim.” -----

Adriano Ferrão: “Ouvindo aqui esta posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, eu também acho que qualquer equipamento que se faça em Paderne vai ser uma mais-valia, com certeza para Paderne e eu apoio qualquer dessas edificações ou, enfim, instalação de equipamentos que possam vir a beneficiar e a ser promotores de um maior turismo em Paderne, quer do turista em si, quer do excursionista, porque também haverá muita gente aqui no Algarve que vai deambulando pela região e ali por ali passa. De qualquer maneira, Paderne tem que chamar vai chamar visitantes a Paderne, Paderne precisa de sítios para pernoitar, não há nenhuma pernoita assinalável em Paderne. É difícil alguém que lá vá e queira lá ter enfim, um alojamento. Depois Paderne tem mais significado em termos turísticos a partir do seu próprio casario, da sua da sua urbanidade, de que é bastante típica, tem também, enfim, alguns pontos, alguns recursos turísticos de qual o maior deles todos é o próprio Castelo de Paderne, o qual talvez se fosse, enfim, nós sabemos que aquilo está debaixo sempre várias entidades e nem sempre elas em Portugal, as entidades às vezes estão de costas institucionais, estão de costas umas para as outras e a coisa torna-se difícil, mas realmente o acesso àquele castelo já não é um acesso que seria o acesso desejável, nem o parque lá em cima, nem os apoios lá em cima, perto do próprio castelo, aquela estrada terra, enfim, impede muita gente se interesse por aquele destino. Depois, os próprios arruamentos deveriam ser revistos, as pinturas, enfim, alguma coisa se pode fazer mais para Paderne que cativa a atenção do turista e não apoiar tudo ou uma aposta premente que aquilo é que vai resolver Paderne em termos turísticos que será o Museu de Paderne, o Museu do Barrocal, esse museu é essencial, é também um equipamento muito importante, mas não é ele que vai conseguir, enfim, tornar Paderne agora um destino turístico de excelência.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, também venho pedir qualquer coisa para Paderne, venho pedir que se faça lá a Câmara Municipal. Oitenta por cento desta Assembleia, dos assuntos foram Paderne. As pessoas que vieram aqui pedir, além do parque que o senhor Carlos falou, precisamos do Museu. Agora veio aqui o senhor Adriano, além do Museu e do parque, precisamos de um hotel. Quando fizerem uma obra em Ferreiras, digam muito obrigado.” -----



Presidente da Câmara: "Penso eu, uma vez mais que o que se discutiu aqui não foi aquilo que está em cima da mesa para aprovação, o que está para aprovação é tão só a repartição de encargos por dois anos económicos, mais nada. No entanto, não deixo de responder e são legítimas as questões levantadas, com certeza, embora haja pessoas que dizem "onde é que falamos se não falamos aqui" falamos do lado, nós podemos falar em todo o lado, somos livres para o fazer. Eu queria dizer que tanto se fala em Paderne, e agora o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras lembrou-se e bem, que tanto se fala em Paderne, já se falou em Paderne uma série de vezes hoje e, afinal de contas, parece que Paderne está abandonado, conforme disso, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. Ainda há bocado falei em quarenta casas novas que vão ser entregues, falei no saneamento básico, falei nas aquisições dessas as tais casas velhas para que possam vir a ser novas, enfim, tudo isso é alguma coisa por Paderne. Agora não me venham pedir a casa Menezes, não venham pedir a questão do terreno que era da Caixa Agrícola, que está precisamente destinada para um estacionamento, evidentemente, agora não queiram tirar tudo centro de Paderne. Este posto de turismo, para além de ser posto de turismo também foi idealizado para local interpretativo ou informativo relativamente ao Algarvensis, que está um sítio extremamente bem colocado, temos ali a Igreja, temos ali a Casa-Museu Jornal Avezinha, temos a casa do acordeão, temos a banda de música um bocadinho mais abaixo, no fundo é que são os pontos a visitar? São lá, portanto se vamos tirar mais uma coisa. Para já, é mais um prédio velho, contrariando aquilo que o senhor presidente da Junta de Paderne diz, é mais um prédio velho que um dia destes cai, já não posso ouvir a senhora vizinha por causa dos pombos ou por causa do problema, o tal que tem a entrada por duas ruas, em frente à Igreja e a Rua Miguel Bombarda, salvo erro. Esta é uma requalificação, é um contributo para a vinculação da parte central de Paderne, evidentemente que haverá muita outra coisa que faz falta em Paderne, o Museu do barrocal era extraordinário, não haja dúvida, a casa Menezes era outra, já lá fui vê-la, é fantástica, era bom que houvesse essa possibilidade e pode vir a ver com questões, se houver financiamentos para isso, pode vir a haver essa e muitas outras coisas. Agora, para isso é preciso comprar, mas é preciso fazer as obras lá, portanto, não é só comprar uma coisa, lá está, ao lado da casa Menezes estão lá aquelas três ou quatro casas estavam a cair que a Câmara fez a aquisição há dois anos, falta agora fazer devidamente esse alojamento para que as pessoas possam viver em Paderne,



também não é bem verdade aquilo que se diz, há falta de habitações em Paderne como há em muitos lados para muita gente, mas em Paderne tem ainda muitos terrenos que dá para construir essa é que é verdade, portanto, se calhar era bom também que a junta de freguesia tentasse procurar esses terrenos para ver se motivava as pessoas a construir, os empreiteiros a construir lá, para que as pessoas pudessem para lá ir, porque a câmara comprou terreno cá de baixo, evidentemente, comprou aquela casa que foi demolida para fazer mais segurança juntou ao restaurante, à estrada que vem dos Matos, comprou o terreno que era da Caixa Agrícola, quer um quer outro, um cá em baixo e outro lá em cima, comprou aquelas casas que estavam em derrocada, fez ali já alguma coisa, acho eu, portanto, repito, Paderne não está abandonado." -----

Leonardo Paço: "Só para dizer que vou votar a favor da proposta trazida pela pelo senhor Presidente de Câmara aqui a este fórum e também para que fique claro que eu acho que Paderne ainda na última apresentação que tivemos do PDM, sabemos que há lá quatro mil hectares para a construção, urbanos que o PDM está em vigor é do ano mil novecentos e noventa e cinco e mesmo assim, não se construiu lado desde então até tem agora. Quer dizer que há terrenos que são passíveis de ser comprados em Paderne, até pela própria junta de freguesia, para se fazer alguma coisa diferente. Em relação às Ferreiras, também fazemos lá algumas as coisas, até tivemos lá Rosinha agora no dia do São Martinho." -----

Presidente da Assembleia: "Temos aqui duas propostas que não são em alternativa, são duas propostas diferentes, uma delas é proposta para ser aprovada relativamente à empreitada de reabilitação do edifício e outra é uma proposta para uma visita às instalações." -----

Carlos Mendes: "O que a bancada do MIPA veio aqui propor foi que se fizesse uma visita ao local e depois numa próxima Assembleia Municipal, fosse a votação sim ou não a obra ser feita naquele sítio."-----

Presidente da Assembleia: "Não foi isso que o senhor deputado disse, o que disse foi para fazermos uma visita ao local, mas não pôs essa questão relativamente à possibilidade de ser retirado o ponto da ordem de trabalhos. Agora temos uma votação que é a votação para ser retirado o ponto da ordem de trabalhos."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de retirada do ponto para visita ao local.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Abstenções: uma (01) André Lima.-----

Votos a favor: quatro (04) Raul Ferreira, Carlos Vieira, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Raul Ferreira: "O MIPA quer deixar claro que não está contra a criação de um posto de turismo em Paderne, efetivamente entendemos que a obra a ser feita na zona onde está prevista, não é o melhor local. Entendemos também que existe um ante projeto que foi apresentado, como disse o meu colega Carlos Mendes, pelo ex-presidente da junta e que é um plano muito mais favorável, muito mais bem localizado, com acessibilidade melhor e que permitia efetivamente criar uma obra com maiores condições, portanto, deixamos à consideração do executivo, possivelmente repensar o que têm decidido e talvez repensando considere que, efetivamente, na parte de baixo de Paderne é uma zona muito melhor em termos de localização para quem visita Paderne. É do interesse do MIPA e penso que de todos nós que Paderne desenvolva, não só no turismo, como noutras vertentes, criando habitação e valorizando também os transportes, como já aqui foi falado, não estamos contra para Paderne, de modo nenhum, queremos é o melhor para Paderne e Albufeira." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Raul Ferreira, Carlos Vieira, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A proposta foi aprovada por maioria.-----  
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das  
deliberações tomadas na Assembleia.-----  
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por  
encerrada a sessão, cerca das 22:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e  
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 14 de Novembro de 2022 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

---

Doc. n.º 1





Recibo Original  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALBUFEIRA

Na qualidade da gestão de condomínio do Albufeira Jardim 1; venho por este meio expor algumas situações para as quais gostaria de obter uma resposta efetiva:

Já há vários anos que é o condomínio a fazer todas as manutenções dos espaços exteriores; nomeadamente jardins, iluminação das vias; bem como a própria pavimentação dos arruamentos. Tendo as vias características privadas e face aos investimentos avultados realizados nos arruamentos; optou-se por vedar o acesso o que deu origem a uma oposição por parte da CMA. Mais recentemente e após uma queixa relativa a uma obra, a fiscal não podendo implicar com a obra decidiu implicar com o contentor da mesma alegando que se encontrava na via pública. Ao ser questionada pelo facto da via ser privada, apareceu o ofício nº S-CMA 2022/9951 assinado pelo presidente da CMA em 24h que vem afirmar que as vias são públicas e que o facto de haver investimentos privados não as torna privadas nem dá direito a reembolso.

Temos a entrada do condomínio literalmente às escuras há mais de um mês e a e-redes não aparece e trata-se de uma situação mais complexa e de difícil reparação. Esta tem sido a forma de atuação da e-redes, nunca aparecer ao longo dos anos por isso reparamos ou ficamos às escuras.

- De salientar que a CPU e a certidão do registo predial do condomínio descrevem jardins e arruamento do quais pagamos IMI

Desta forma não nos parece correto suportarmos todos os custos inerentes aos espaços, possuir documentação e da qual pagamos o respetivo imposto para posteriormente a CMA vir declarar que os espaços são públicos e neste sentido gostaria de dar a conhecer a planta que dispomos do condomínio para que possamos da melhor forma resolver esta situação e chegar a um entendimento.

Outro ponto de grande importância para nós é a questão da água da qual continuamos a ter de suportar o custo e respetivas contagens de um contador geral quando todas as frações e espaços comuns dispõem de contadores próprios. Esta situação implica que nos estão a ser imputadas despesas avultadas com roturas de água. Note-se a situação do final de Junho quando houve uma rotura numa conduta central e que a CMA teve 4 dias para resolver após várias insistências e foi-nos dito para não nos preocuparmos pois não iríamos pagar a água... Qual é o espanto quando nos deparamos posteriormente com a primeira fatura de 8000€... e que tem vindo sempre a subir pois essa rotura reparada tardiamente deu origem a outras roturas. Mais uma vez, é importante compreender o que é do âmbito público e privado pois não devemos ser responsabilizados por água consumida por roturas em espaços supostamente públicos. Sentimos que estamos numa situação em que somos de carácter privado para pagar despesas e manutenções e de carácter público para que todos possam usufruir da passagem dos nossos espaços porque é mais conveniente utilizar as nossas vias.

Preocupa-nos também o facto de estarmos na zona do Algarve, zona de seca severa, a CMA tem mecanismos que permite entender que há consumos constantes e avultados de água 24h por dia. Na nossa modesta opinião deveria a mesma agir de forma pro-ativa, célere e preventiva neste tipo de situações. Estamos a falar de uma responsabilidade ecológica, desperdício de recursos hídricos preciosos, com consequências graves ao nível do ambiente. Trata-se de valores avultados que também não temos como pagar e cuja contagem é proveniente desse contador geral cujo o consumo é referente a roturas, algumas identificadas outras por identificar.

Relembro que ao entrar em Albufeira a CMA dá-nos as boas vindas e bem, com um outdoor a pedir que fechemos a torneira e que preservemos a água mas depois não se manifesta e intervém de forma atempada nesta situação que acabei de mencionar.



De salientar que a última fatura ascendia os 20.000€ de desperdício de água e da qual ainda não obtivemos resposta do pedido de isenção custos.

Face ao exposto solicitamos ajuda para a resolução deste grave problema que nos afeta a todos.



Associação de Proprietários Albufeira  
Jardim I  
apaj@albufeira-jardim.pt

**N/ Refª:** S-CMA/2022/9951

**Data:** 30.06.2022

**ASSUNTO:** Pedido de encargos da manutenção do espaço da Albufeira Jardim I.

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo que o facto de ter existido investimento privado em espaço público não transforma o mesmo em espaço privado nem proporciona o respetivo direito a reembolso. Qualquer intervenção em espaço público deveria previamente ter sido submetida à aprovação desta Edilidade.

Mais se esclarece que foram efetuadas reparações pontuais no local por parte desta Edilidade, nos termos do plano de investimentos no concelho de Albufeira aprovado em Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara

- José Carlos Martins Rolo -

FM/jv